

PREGÃO ELETRÔNICO

90095/2026

CONTRATANTE (UASG)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA –
HCFAMEMA (092601)

OBJETO

*Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de EQUIPAMENTOS
DIVERSOS*

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

“Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.”

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **12/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90095/2026**

(Processo Administrativo nº 144.00007498/2026-81)

Torna-se público que o HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, por meio da Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos do HCFAMEMA, sediado(a) na rua Dr. Reinaldo Machado, nº 255 – Bairro Fragata, Marília/SP, CEP 17.519-080, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *EQUIPAMENTOS DIVERSOS*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 18 e 19, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.2. *Para os itens 2, 4, 5, 9, 10, 15, 16, e 17 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5.3. *Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as *cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)*.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa *(se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. [Valor unitário e total do item];

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (DEZ REAIS) PARA O ITEM 01; R\$ 20,00 (VINTE REAIS) PARA OS ITENS 07, 08, 11 E 13; R\$ 30,00 (TRINTA REAIS) PARA OS ITENS 03, 09, 17 E 19; R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) PARA OS ITENS 06, 12 E 18; R\$ 100,00 (CEM REAIS) PARA O ITEM 14; R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) PARA O ITEM 02; R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) PARA O ITEM 04; R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) PARA OS ITENS 10 E 15; R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS) PARA O ITEM 16; R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) PARA O ITEM 05.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.11. *Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.11.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.11.3. *Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.11.3.1. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.*

7.12. *Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em*

primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.12.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.12.3. *Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.*

7.12.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições das subdivisões acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

9.1.1. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:*

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e*
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.*

9.1.2. *A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.*

9.2. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

9.3. *O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.*

9.4. *A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.*

9.5. *Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:*

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e*
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.*

10.2. *As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.*

10.2.1. *A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.*

10.2.2. *Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.*

10.3. *A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:*

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou*

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. *Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:*

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrara contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observado disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação *ou a ata de registro de preços* no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. *Tratando-se de licitação para registro de preços:*

12.21.1. *Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.2. *Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.3. *O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.*

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a [assinatura de Termo de Contrato] **OU** [emissão de nota de empenho], cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou

declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* https://www.hcfamema.sp.gov.br/hcfamema/transparencia/licitacao_e_compras_publicas..

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.16.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.16.2. *ANEXO II – [Minuta de Nota de Empenho];*

14.16.3. *ANEXO III – [Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável];*

14.16.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.16.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.16.6. *ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

14.16.7. *ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato].*

IGOR RIBEIRO DE CASTRO BIENERT

Vice-Presidente

Vice-Presidência do HCFAMEMA

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 130/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
130/2026	92601-ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA	RENATO MASAITI KAYANO ROSA	27/05/2026 15:47 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		144.00007498/2026-81

1. Definição do objeto

Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de **EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	MESA AUXILIAR HOSPITALAR; PARA ATENDIMENTO A BEIRA DO LEITO; EM AÇO INOX 304,TUBO DE AÇO INOX 1 POLEGADA X 1/4,TAMPO EPRATELEIRA EM CHAPA DE INOX Nº 20; 4 RODIZIOS 3 POLEGADAS,COM BANDA DE RODAGEM EM POLIURETANO, CARENAGEM METALICA COM PINTURA ELETROSTATICA; ALTURA DO PISO ATE PRATELEIRA 30CM, GRADIL TUBULAR EM INOX COM ALTURA DE 3 CM, NO TAMPO E PRATELEIRA; 40 CM LARGURA X 50 CM COMPRIMENTO 80 CM DE ALTURAAPROXIMADAMENTE Especificação compras: Mesa será usada de apoio na cozinha Codigo:23932 Cod.SIAFISICO: 3349799 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235	422562	UND	1,00
2	CARRO MACA HOSPITALAR; ESTRUTURA (CHASSI)EM TUBOS DE AÇO RETANGULAR 50 X 30 X 2,0 MM, COM PINTURA EM EPÓXI E REVESTIDA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM SUPORTE HORIZONTAL PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO: (ESTRADO): EM TUBO DE AÇO DE 40 X 20 X 1,5 MM; CAPACIDADE: PARA PACIENTES DE ATÉ 250 KG (CARGA SEGURA). SISTEMA DE ELEVAÇÃO HIDRÁULICO; LEITO COM DORSO RECLINÁVEL (MIN 70°); TRENDELEMBURG/REVERSO TRENDELEMBURG ACIONADO MANUALMENTE POR PISTÃO A GÁS (-12°/+12°);RODAS 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 6", SENDO 2 COM FREIO EM DIAGONAL; COM PARA-CHOQUE DE PVC EM TODA VOLTA; GRADES LATERAIS RETRATEIS (DE ABAIXAR) EM AÇO INOX AISI 304 DE 1" E 1,25 MM DE ESPESSURA; LEITO EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,83 X 0,80 M DIMENSÕES EXTERNAS: 200 X 90 X 100 CM (CXLXA). ALTURA AJUSTÁVEL DE 75 A 100 CM; ACOMPANHA	428265	UND	11,00

	<p>SUPORTE DE SORO EM AÇO INOX, COLCHONETE EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO, DENSIDADE 33; INCLUI: GARANTIA 5 ANOS; SERÃO CONSIDERADOS APENAS EQUIPAMENTOS DE MEDIDAS PADRÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO HOMOLOGADOS PELO INMETRO</p> <p>Codigo:73273 Cod.SIAFISICO: 3934500 UNIDADE SIAFISICO:UN Cod.ND:44905235</p>			
3	<p>TELEVISÃO; SMART TV A CORES FULL HD; CONVERSOR INTEGRADO DTV; TELA PLANA WIDESCREEN; DE 50 POLEGADAS; COM RESOLUCAO DE 1920 X 1080 (FULL HD); COM APROXIMADAMENTE 125,7 CM DE DIAGONAL; FUNCOES ON/OFF, TIMER/SLEEP TIMER, BLOQUEIO DE CANAIS, GUIA DE PROGRAMAS, MENU NA TELA, SOM ESTEREO; COM SENSOR DE LUMINOSIDADE E ARC (AUDIO RETURN CHANNEL); COM 3 ENTRADAS HDMI, 1 ENTRADA VIDEO COMPOSTO TRASEIRA E 1 NA LATERAL, 2 ENTRADAS AUDIO ANALOGICO; 2 ENTRADAS RF, 1 ENTRADA ETHERNET; 2 SAIDAS USB, 1 SAIDA AUDIO/FONE DE OUVIDO, 1 SAIDA AUDIO DIGITAL; COM RECEPCAO PARA 181 CANAIS; SISTEMA DE CORES PAL-M, NTSC E PAL-N; CONTROLE REMOTO PADRAO; VOLTAGEM BIVOLT; CONSUMO APROXIMADO DE 0,3 WATTS EM STAND BY E 140 WATTS EM USO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 115 X 721 X 31 CM (LXAXP) COM BASE; PESANDO NO MAXIMO 18 KG; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; MANUAL EM PORTUGUES; FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO, 2 PILHAS AAA E PARAFUSOS;</p> <p>Especificação compras: COM FUNÇÃO DE IP FIXO.</p> <p>Codigo:69388 Cod.SIAFISICO: 4148690 Cod.ND:44905234</p>	443965	UND	7,00
4	<p>CAMA HOSPITALAR COM MOVIMENTOS ELÉTRICOS DE: ALTURA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE CABECEIRA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE JOELHOS, TRENDELENBURG E REVERSO TRENDELENBURG; POSIÇÃO DE CADEIRA EM UM ÚNICO BOTÃO NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; - ESTRUTURA: TUBOS CIRCULARES E RETANGULARES DE PRECISÃO EM AÇO CARBONO; - DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL: 2,18 M; LARGURA TOTAL: 1,00 M (COM APROXIMAÇÃO DE +/- 1 %); ALTURA MÍNIMA DA CAMA NÃO SUPERIOR A 40CM;</p> <p>ALTURA MÁXIMA DA CAMA NÃO INFERIOR A 76CM; COM 4 ATUADORES LINEARES DC;</p> <p>- CONTROLE BILATERAL DE EMERGÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS DE RCP COM DESCIDA AMORTECIDA; COM 4 RODÍZIOS DE 15 CM; FREIO CENTRAL NAS 4 RODAS UM PEDAL ACIONA O FREIO NAS 4 RODAS SIMULTANEAMENTE; POSIÇÃO DE DIRECIONAMENTO TRAVAMENTO ANGULAR DE UMA DAS RODAS; PAINÉIS DE CABECEIRA E PESEIRA MOLDADAS REMOVÍVEIS E COM TRAVA DE SEGURANÇA; PAINEL DE CABECEIRA COM ALTURA FIXA INDEPENDENTE DO MOVIMENTO DA CAMA PARA EVITAR ACIDENTES E COLISÕES NA PAREDE E NO PAINEL DE GASES; ELEVAÇÃO DE CABECEIRA DA CAMA MÁXIMA, NÃO INFERIOR A 65 °; ELEVAÇÃO DO ENCOSTO COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO ANTI FRICÇÃO E CISALHAMENTO, QUE CRIA UM ESPAÇO DE ACOMODAÇÃO DO PACIENTE, NÃO EMPURRANDO-O EM DIREÇÃO À PESEIRA, COM DUPLO EIXO NA ARTICULAÇÃO DO ESTRADO, SENDO UM DELES DESLIZANTE; ELEVAÇÃO DO JOELHO MÁXIMO, NÃO INFERIOR: 28 °; TRENDELENBURG NÃO INFERIOR: 17 °; REVERSO DE TRENDELEMBURG: - 17°; COMANDO DE BLOQUEIO DOS MOVIMENTOS ELÉTRICOS INDEPENDENTE PARA CADA MOTOR; CARGA DE TRABALHO SEGURA: MINIMO DE 250 KG; PROTETORES ANTI IMPACTO NAS EXTREMIDADES DA CAMA; 4 LOCAIS PARA COLOCAÇÃO DO SUPORTE DE SORO; GANCHOS LATERAIS PARA COLOCAÇÃO DE BOLSAS; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA COM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS EVITANDO O DESLIZAMENTO DO PACIENTE NO LEITO; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA SEM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS PARA SAÍDA DO PACIENTE DO LEITO; POSIÇÃO VASCULAR COM AJUSTE MANUAL, COM 4 POSIÇÕES DE ALTURA DO PÉS (DE -3° A -22°); INDICADORES DE ÂNGULOS DE INCLINAÇÃO DE CABECEIRA E TRENDELEMBURG EMBUTIDOS NAS GRADES LATERAIS;</p> <p>ESTRADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DIVIDIDO EM 4 SECÇÕES, COM PAINÉIS REMOVÍVEIS PARA FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO; COMANDO QUE DESARTICULA TODOS OS MOVIMENTOS DO LEITO PARA A POSIÇÃO</p>	631450	UND	30,00

	<p>PLANA E MAIS BAIXA; ALAVANCA MECÂNICA QUE ABAIXA RAPIDAMENTE A SECÇÃO DA CABECEIRA PARA PROCEDIMENTO DE RCP, EM AMBOS OS LADOS DA CAMA; POSIÇÃO DE CADEIRA CARDÍACA EM UM ÚNICO COMANDO, NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; BATERIA DE RESERVA AUTOMÁTICA EM CASOS DE FALTA DE ENERGIA; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 127 / 220 AUTOMÁTICO, GRAU DE PROTEÇÃO NO MÍNIMO IPX4. ACOMPANHA:1 SUPORTE DE SORO COM 4 GANHOS;1 COLCHÃO DE ESPUMA INDEPENDENTE, MULTIDENSIDADE E CORTADA EM CUBOS PARA FLUXO DE AR SOB A SUPERFÍCIE. COBERTURA À PROVA D'ÁGUA COM EXTENSÃO MÚLTIPLA, PERMEÁVEL A VAPOR, COM PROPRIEDADES BACTERIOSTÁTICAS E FUNGOESTÁTICAS , ÁREA DE BAIXA DENSIDADE PARA APOIO AOS CALCANHARES E TORNOZELOS DO PACIENTE. ISENTO DE LATÉX (O COLCHÃO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA PELO MESMO FABRICANTE DA CAMA.)</p> <p>Codigo:70933 Cod.SIAFISICO: 4315642 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
5	<p>CONJUNTO SERRA CIRÚRGICA DE EXTERNO:CONTENDO 02 (DUAS) PEÇAS DE MÃO CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO CIRÚRGICO AUTOCLAVÁVEL SENDO UMA DE CORTE OSCILANTE (TICO-TICO) E OUTRA DE CORTE SAGITAL AMBAS DE CABO TIPO PISTOLA USADO PARA CORTAR E FAZER ABERTURAS EM TECIDOS ÓSSEOS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 165 MM., LARGURA DE 40 MM. E ALTURA DE 225 MM. E PESO DE 1,55KG COM A BATERIA INCLUSA, SENDO O INSTRUMENTAL ACIONADO POR BATERIA RECARREGÁVEL. A PEÇA DE MÃO DEVE TER DUPLA OPÇÃO DE VELOCIDADES QUE QUANDO CONECTADA À BATERIA OPERAR A 10.000 CPM NO (MODO STD) E 12.000 CPM NO (MODO FAST), COM ARCO DE EXCURSÃO DE 5°, COM ENERGIA DE SAÍDA DE 80 A 120 WATTS. A EXTREMIDADE FRONTAL DESTA SERRA DEVE INCORPORAR UM BOTÃO DE TRAVA DA LÂMINA PARA RETER A LÂMINA. A PEÇA DEVE GIRAR A CABEÇA EM OITO POSIÇÕES, EM INCREMENTOS DE 45 GRAUS, FEITO APÓS SUA INSERÇÃO, PUXANDO-A PARA FORA DA CABEÇA DO ADAPTADOR E GIRANDO-O PARA O ÂNGULO DE CORTE DESEJADO, LIBERANDO EM SEGUIDA, PARA TRAVAR NA POSIÇÃO. O GATILHO NA PORÇÃO FRONTAL DA PEÇA DEVE PERMITIR O CONTROLE DA VELOCIDADE, PELA PRESSÃO DO DEDO DO USUÁRIO E AUMENTO PROGRESSIVO. A VELOCIDADE DEVE VARIAR ENTRE 20% E 100% DA MÁXIMA. MECANISMO DE PARALISAÇÃO QUE DETENHA O EIXO EM CINCO REVOLUÇÕES APÓS O GATILHO SER LIBERADO. O NÍVEL DE RUÍDO É DE 93 DB. CARREGADOR DE BATERIA DE BANCADA INCLUSO QUE CONSISTE EM UM MICROPROCESSADOR CAPAZ DE DECIFRAR AS APLICAÇÕES DO SOFTWARE, TELA DE STATUS E LED/LCD¿S. COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 25 CM DE LARGURA, 20 CM DE PROFUNDIDADE E 10 CM DE ALTURA. O CARREGADOR DEVE TER MÓDULOS QUE ACEITAM BATERIAS DIFERENTES E SE ADAPTAM NA CAVIDADE FRONTAL DO CARREGADOR. O USO DOS MÓDULOS DEVE PERMITIR AO USUÁRIO OPÇÕES DE TROCA DAS BATERIAS EM UM SÓ CARREGADOR. O CARREGADOR DEVE POSSUIR QUATRO CAVIDADES QUE PODEM ACEITAR QUALQUER TIPO DE MÓDULO E CARREGAR SIMULTANEAMENTE AS QUATRO BATERIAS. O SOFTWARE DO CARREGADOR DEVE SER MANTIDO NA PROGRAMAÇÃO EM HARDWARE. TODOS OS SOFTWARES SERÃO A TELA DE INFORMAÇÃO DO STATUS DO CARREGADOR E O VISOR DE LUZES COLORIDAS EM (LED¿S) QUE INFORMAM O SUPRIMENTO DE ENERGIA DE 120 VAC, 60 HZ, 0-80 WATTS. O CARREGADOR DEVE POSSUIR ISOLAMENTO DE CABO DE ENERGIA COM 16-3 AWG, 60DEGC, SJT 2 METROS COM CONECTOR MOLDADO IEC320 E PLUGUE NRMA 5-15P DE PADRÃO HOSPITALAR. ACOMPANHA 6 BATERIAS RECARREGÁVEIS AUTOLAVÁVEIS, 02 CAIXAS PARA ESTERILIZAÇÃO E 10 LAMINAS SAGITAIS CIRURGICAS, 10 LAMINAS RETAS E 5 PROTETORES DE PLEURA. CONTER MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL QUE PODEM COMUNICAR INFORMAÇÃO ESPECÍFICA DA BATERIA PARA O CARREGADOR.</p> <p>Codigo:70796 Cod.SIAFISICO: 4541120 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	485901	UND	1,00
6	<p>CADEIRA DE RODAS; EM ACO, COM PINTURA EPOXI, ARO DE PROPULSAO RAIADO E CROMADO; PARA ADULTO, CAPACIDADE: PACIENTES DE ATÉ 250 KG; TIPO MONOBLOCO, PNEUS MACICO; RODAS DIANTEIRA DE NO MÍNIMO 6 POLEGADA, C/BANDA DE RODAGEM CONDUTIVA EM POLIURETANO, PNEUS MACICOS; FREIO BILATERAL; COM APOIOS DE ANTE-BRACO ESCAMOTEAVEL; COM APOIOS PARA OS PES REMOVÍVEL, LARGURA INTERNA DO ASSENTO DE NO MÍNIMO 80 CM; LARGUMA MAXIMA EXTERNA DA CADEIRA DE 103 CM, ASSENTO</p>	408764	UND	6,00

	ALMOFADADO COM ESPUMA EM COURVIM, REFORCADO C/FITAS TENSORAS ESPECIAIS; ENCOSTO COURVIM REFORCADO, ARGOLÃO EM AÇO PINTADO (PRATA COM VERNIZ), GARANTIA MINIMA DE 36 MESES; Codigo:60724 Cod.SIAFISICO: 4676319 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235			
7	CICLOERGOMETRO; AUTOMÁTICO ATIVO, PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES; TRANSPORTÁVEL: CAPACIDADE DE CARGA: 150 KG; CARENAGEM EM ABS INJETADO, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES APROXIMADAS (AXLXC) 41CMX41CMX22CM; PEDAIS EM PLÁSTICOS EMBORRACHADOS COM ALCA, PES DE VELA EM FERRO FUNDIDO E PINTURA ELETROSTÁTICA; AJUSTES: BIDIRECIONAL. ESTABILIDADE AJUSTÁVEL. PESO APROXIMADO 10KG; DISPLAY DIGITAL INDICA FORÇA MUSCULAR, VELOCIDADE, TEMPO DE EXERCÍCIO, DISTANCIA, PERDA DE CALORIAS; INCLUI: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES; Codigo:55815 Cod.SIAFISICO: 4786009 UNIDADE SIAFISICO:01 - UNIDADE Cod.ND:44905235	273263	UND	12,00
8	DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS; COM INDICADOR(ES) SONORO, TELA DE LCD 3,5 POLEGADAS SENSIVEL AO TOQUE E APRESENTACAO DOS BATIMENTOS EM FORMA NUMERICA; COM CONTROLE(S) FILTRO CONTRA RUIDOS, SENSIB A PARTIR 9ª SEMANA DEGEST. E MEMORIA DE ARMAZENAMENTO DE EXAMES; ESCALA DE 50 A 240 BPM, ARMAZENAMENTO DE EXAMES QUE PODEM SER POSTERIORMENTE IMPRESSOS E SALVOS EM COMPUTADOR; ACOMPANHA: TRANSDUTOR A PROVA D'AGUA (IPX 7), FREQUENCIA DE 2,4 GHZ.; ALIMENTACAO: 100-240V 50/60 HZ, COM BATERIA RECARREGAVEL.; DIMENSOES: 200 (L) X 195 (A) X 125 (C) MM; INCLUI: MANUAL TECNICO; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; Codigo:61192 Cod.SIAFISICO: 4823168 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235	433856	UND	8,00
9	BERÇO HOSPITALAR ELÉTRICO - CHASSI: CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA DE TUBOS DE AÇO CARBONO QUADRADO 40 MM X 40 MM X 2,0 MM E TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 60 MM X 40 MM X 2,0 MM COM CHAPAS DE 1/4" DE ESPESSURA. ESTRADO: CONSTRUÍDO EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 40 MM X 20 MM X 2,0 MM COM TRAVESSAS COMO REFORÇO ESTRUTURAL DO ESTRADO PARA RECEBER OS MOVIMENTOS DE DORSO E PERNAS. LEITO: ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 30 MM X 20 MM X 1,2MM COM CHAPAS DE 3,0MM. LEITO EM TERMOPLÁSTICO REMOVÍVEL. CABECEIRA E PESEIRA : ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. INTERIOR EM ACRÍLICO COM ADESIVO PARA PROTEÇÃO. REALIZA MOVIMENTO DE SUBIDA E DESCIDA, COM TRAVA. GRADES LATERAIS: DOIS PARES DE GRADES EM CADA LADO. AS GRADES LATERAIS, COMPOSTAS POR POLÍMERO DE ALTA DENSIDADE, TENDO ACRÍLICO EM CADA GRADE PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO DO PACIENTE. AO SEREM BAIXADAS, NÃO OCUPAM ESPAÇO E SÃO MAIS ELEVADAS NA PARTE INTERNA DO QUE. POSSUIR SISTEMA DE AMORTECIMENTO QUE GARANTE UM MOVIMENTO SUAVE E SEGURO E MECANISMO DE TRAVA E DESTRAVAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO PACIENTE. MOVIMENTOS: MOVIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DE SISTEMA MECÂNICO TELESCÓPICO QUE CONDUZ O MOVIMENTO LINEAR VERTICAL DOS MOTORES QUE REALIZAM A ELEVAÇÃO DA CAMA. MOVIMENTOS DA CAMA REALIZADOS UTILIZANDO 4 MOTORES E UM SISTEMA AJUSTÁVEL COM SEIS POSIÇÕES. ELEVAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS COLUNAS . TENSÃO DE TRABALHO: 100V A 240V FREQUÊNCIA: 50/60HZ CORRENTE MÁXIMA 3,15 A. RODAS : RODAS DE 6" DE DIÂMETRO COM ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. A BANDAGEM DAS RODAS DEVE SER APROPRIADAS PARA APLICAÇÃO HOSPITALAR, DESEMPENHANDO PROTEÇÃO AO PISO COM BAIXO RUÍDO NO DESLOCAMENTO E EXCELENTE CAPACIDADE DE CARGA. FREIOS: PRODUTO DEVERÁ SER DOTADO COM SISTEMA DE FREIOS INDIVIDUAIS NAS QUATRO RODAS ACIONADOS ATRAVÉS DE PEDAL COM A FUNÇÃO DE TRAVA ESTACIONÁRIA DE ROTAÇÃO E TRANSLAÇÃO. PINTURA: TODA A ESTRUTURA DE AÇO CARBONO DEVERÁ PASSAR POR TRATAMENTO QUÍMICO ANTI-FERRUGEM E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ. DIMENSÕES: INTERNA: 1,35 X 0,70M (C X L), EXTERNA: 1,62 X 0,91M (C X L), ALTURA: 0,84 X 1,04M (MÍNIMA E MÁXIMA) CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 180 KG / PESO MÁXIMO DO PACIENTE: 150 KG.	621133	UND	13,00

	<p>AMVISA, INMETRO - ABNT NBR IEC 60601-52, ISO 9001:2015, ISO 13485:2016, TEST SALT SPRY 1.500 HORAS EM LABORATORIO ACREDITADO PELO INMETRO. ASSISTENCIA TECNICA E GARANTIA DE 12 MESES</p> <p>Codigo:71425 Cod.SIAFISICO: 5217873 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
10	<p>ESPECIFICAÇÕES GERAIS</p> <p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM PACIENTES NEONATAIS, PEDIÁTRICOS E ADULTOS, COM TELA DE LCD E CAPACIDADE DE CONECTIVIDADE COM EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO PULMONAR E MONITORES DE DÉBITO CARDÍACO. DEVERÁ POSSUIR INTERFACE COM PROTOCOLO HL7, PARA ACESSO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALAR (HIS), E POSSUIR OS PARÂMETROS FISIOLÓGICOS RELACIONADOS ABAIXO:</p> <p>ELETROCARDIOGRAMA(ECG);</p> <p>PRESSÃO NÃO INVASIVA(PNI);</p> <p>OXIMETRIA DE PULSO(SPO2);</p> <p>RESPIRAÇÃO(RESPIR);</p> <p>TEMPERATURA(TEMP);</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR NO CAMPO TEXTO</p> <p>Especificação compras: Especificação Técnica (características mínimas do monitor principal)</p> <p>Tela de LCD de 15" colorida touch screen de alta resolução (1366x768)</p> <p>Permitir apoio em estativa, aparelho de anestesia e suporte específico para fixação em parede;</p> <p>Possuir alça ou cavidade para transporte manual;</p> <p>Exibição simultânea mínima de 15 curvas selecionáveis e os respectivos valores numéricos, permitindo selecioná-las dentre todos os parâmetros em pleno funcionamento, inclusive os módulos extras;</p> <p>Possibilidade de utilização dos seguintes parâmetros em módulos dedicados a cada parâmetro, ou em conexões pré-configuradas ao equipamento, ou ainda em sistema de cabos que ao se conectarem ao monitor exibam os parâmetros: Avançados (configuração opcional): Pressão Invasiva, Dupla Oximetria, Débito Cardíaco por: Swan-Ganz, ProAQT e PiCCO, Débito Cardíaco Contínuo Não-Invasivo, Capnografia (mainstream), BIS, Agentes Anestésicos (sidestream), TNM /TOF, EEG de pelo menos 4 canais, a EEG.</p> <p>Permitir conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, afim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.</p> <p>Acompanhar módulos e/ ou conexões para os parâmetros: BIS, TOF, Débito Cardíaco por Swan-Ganz, 3 Canais de PAI, Capnografia e Dupla Oximetria.</p> <p>Comunicação ponto a ponto de no mínimo 12 monitores com possibilidade de visualização dos parâmetros em qualquer monitor ou entre centrais de monitorização;</p> <p>Menus para configuração e controle dos parâmetros, navegáveis através de tela sensível ao toque;</p> <p>Possuir até 15 botões configuráveis de acesso rápido na tela principal, para visualização de parâmetros ou execução de funções;</p>	456628	UND	3,00

Armazenamento de tendências gráficas e tabulares de todos os parâmetros por no mínimo 72 horas ou 7 dias através da central de monitorização;

Monitorização de cálculos hemodinâmicos e ventilatórios;

Apresentar cursor vertical e/ou horizontal para ser colocado em curvas na medida de pressão de oclusão da artéria pulmonar (capilar) com congelamento da tela e cursor de varredura para medição exata do capilar pulmonar, ou apresentação da pressão de pulso variável (PPV), quando estiver usando o parâmetro de pressão invasiva;

Possuir possibilidade futura (já homologada), de controle remoto para operação do equipamento fora do leito (em casos de leitos de isolamento ou restrição de contato), alheio a central de monitorização.

Capacidade de atualização de software sem a necessidade de substituição de hardware;

Conexão para central de monitorização;

Permite conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, a fim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.

Capacidade de integração ao Sistema de Informações Hospitalar (HIS) e conectividade com outros equipamentos, conforme o item 2. Integração e Conectividade deste memorial;

Especificação Técnica (características mínimas do monitor de transporte acoplável (Possibilidade Futura))

Capacidade futura para uso de módulo que funcione tal qual um monitor de transporte, e que possa ser utilizado como um monitor beira de leito ou como uma unidade multiparâmetros do monitor principal objeto deste descritivo.

O módulo/monitor de transporte deverá ser acoplável diretamente ao corpo principal do monitor beira de leito deste item, não sendo permitidos cabos de interconexão. O módulo/monitor de transporte deverá ser conectado ao equipamento principal de forma que possa ser facilmente desafixado e usado para transporte

O módulo/monitor de transporte deverá transmitir os dados de forma bidirecional ao monitor principal ao ser conectado

O módulo/monitor de transporte deverá monitorar e já possuir as entradas de no mínimo os seguintes parâmetros: ECG (até 12 derivações), SpO2, PNI, PAI (2 Canais), EtCO2, Temperatura (2 Canais)

Possuir tela integrada de no mínimo 5.7 polegadas com controles e ajustes através de tela sensível ao toque.

Deve possuir alça de transporte e alça para maca.

Operação por bateria interna de acesso fácil com autonomia mínima de 05 horas.

Deve conter base de carregamento de bateria por fonte interna bivolt automática, que permita o carregamento fora do monitor principal.

Deve possibilitar durante o transporte monitorização de no mínimo 8 curvas com valores numéricos para pacientes de alta complexidade em centros cirúrgicos e nas internações em unidades de terapia intensiva adulto, pediátrica e neonatais.

Deve transferir os dados automaticamente para o monitor beira de leito e todas as informações do paciente.

Deve armazenar 24 horas de todas as curvas e parâmetros.

Dados do monitor em geral:

Alarme audiovisual com no mínimo 02 (duas) prioridades ajustáveis pelo usuário :máximo e mínimo, para todos os parâmetros;

Sistema de alarme visual e sonoro com possibilidade de silenciamento provisório;

Alarme para informar status da bateria;

Capacidade de eletrocardiograma de 12 derivações de maneira simultânea;

Pelo menos 01(uma) saída de vídeo VGA ou DVI para conexão com monitor-escravo que permita a reprodução da tela de monitorização do monitor multiparâmetro com dados configurados .

Possibilidade de tela secundária touchscreen, totalmente funcional, com layouts personalizáveis independentes do monitor principal

Alimentação elétrica: 110/220V bivolt automático, 60Hz, com cabo padrão NBR 14136, plugue de 10 A e comprimento mínimo de 02 (dois) metros;

Possuir alça ou cavidade para transporte manual;

Bateria recarregável interna com autonomia mínima de 02 horas para os parâmetros solicitados em pleno uso.

Características dos Parâmetros Fisiológicos e Configuração/Exibição nos Monitores

Eletrocardiograma (ECG)

Faixa mínima de frequência cardíaca: 15 a 300 BPM;

Precisão: ± 2 bpm ou $\pm 1\%$, o que for maior;

Velocidade de traçado: 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s;

Mínimo três níveis de ganho de amplitude;

Seleção de até 07 (sete) derivações pelo usuário, através de cabo de ECG de cinco vias (DI, DII, DIII, aVL, aVF, aVR e V1), sendo apresentadas simultaneamente na tela pelo menos 03 (três) delas ou 12 derivações com cabo de 10 vias.

Deteção automática de desconexão de derivação;

Deteção de pulso de marca-passo;

Análise de seguimento ST, no mínimo em 03 (três) derivações simultâneas;

Mapa de ST, exibindo de forma visual os eixos e posições de cada complexo ST;

Análise de arritmia: assistolia, fibrilação ventricular, taquicardia ventricular, bigemia, extrassístole, bradicardia e fibrilação atrial;

Proteção contra descarga de desfibrilador e interferência de RF de gerador eletrocirúrgico (bisturi elétrico).

Pressão Não Invasiva (PNI)

Faixa de medição mínima: 10 a 270 mmHg;

Precisão: ± 5 mmHg;

Permitir medidas em pacientes neonato, pediátrico, e adulto e obeso;

Acionamento manual ou automático da medida, programável na faixa mínima de 02 (dois) a 60 (sessenta) minutos e contínua (STAT);

Possuir função de auxílio a punção venosa disponível no equipamento;

Medida das pressões sistólica, diastólica e média por método oscilométrico.

Oximetria de Pulso (SpO2)

Faixa de medição mínima: 1% a 100%;

Erro máximo (SPO2): 2% de 80% a 100% e 3% de 70% a 80%

Resolução: 1%;

Apresentar frequência de pulso de 30 a 300bpm;

Alarmes de sensor desconectado ou saturação zero e saturação de oxigênio mínima e máxima;

Apresentar curva plestismográfica e valor em porcentagem da saturação arterial de oxigênio;

Permitir captação de saturação em neonato;

Apresentar indicador numérico de perfusão.

Tecnologia de baixa perfusão tipo: Nellcor/Masimo/Blue Pro/Fast SPO2/GE TruSignal;

Permitir mensuração de 2 (dois) canais independentes de Oximetria simultaneamente.

Respiração (RESP)

Faixa de medição: 1 a 150 RPM;

Precisão: ± 2 RPM ou 2%, o que for maior;

Resolução: 1 RPM;

Aquisição da frequência respiratória através da tecnologia de impedância transtorácica ou EtCO2.

Temperatura (TEMP)

Faixa de medição: 1°C a 45°C;

Precisão: $\pm 0,1$ °C de 25 a 45°C e 0,2°C de 025°C;

Resolução da medida: 0,1°C;

Permitir medidas esofágico, retal e por contato de superfície;

Permitir a visualização de 03 (três) temperaturas independentes.

Pressão Invasiva (IBP)

Faixa de medição de pressão: - 40 a 300 mmHg;

Entrada compatível com cabo e transdutor de pressão Edwards Lifesciences;

Escalas: manual e automática;

Precisão: ± 4 % ou ± 4 mmHg;

Ajuste de alarmes mínimo e máximo;

Permitir a visualização de 04 (quatro) pressões independentes.				
Possibilidade futura de mensurar até 7 canais de pressão invasiva independentes.				
Medição de VPP ou VPS.				
Capnografia (EtCO ₂)				
Apresentar curva de capnografia em tempo real;				
Apresentar os valores de EtCO ₂ e frequência respiratória;				
Faixa de medição de capnografia de 0 a 100 mmHg;				
Faixa de frequência respiratória de 3 a 150 rpm;				
Precisão da medição do CO ₂ : ± 3mmHg (de 0 a 10 mmHg) ± 7 % de leitura (de 40 a 100 mmHg) (Quando não há condensação);				
Sensor de CO ₂ com adaptador para vias aéreas;				
Compensação de N ₂ O e FiO ₂ ;				
Deteção de apneia com tempo programável;				
Ajuste de alarmes mínimo e máximo;				
Medidas efetuadas pela tecnologia Mainstream.				
Débito Cardíaco				
Método de mensuração por termodiluição (Swan-Ganz);				
Exibição e mensuração no mínimo de: DC, IC e VS				
Faixa de medição da temperatura do injetado no mínimo de 0 a 27°C;				
Faixa de medição de temperatura do sangue no mínimo de 15 a 45°C;				
Faixa de medição de curva de termodiluição no mínimo de 0 a 2.5°C;				
Faixa de medição de débito cardíaco mínimo de 0,5 a 20L/min.				
DÉBITO CARDÍACO NÃO INVASIVO				
Parâmetros medidos: CCO, CCI, SV, SVI, SVR, SVRI (Para calcular CCI, SVI e SVRI, as informações do paciente (BSA) são requeridas. Para calcular SVR e SVRI, ART e CVP a medição é requerida);				
Faixa de medição:				
CCO: 0.5 a 20.00 L/min, passos de 0.01 L/min				
CCI: 0.5 a 20.00 L/min/m ² , passos de 0.01 L/min/m ²				
SV: 0 a 300 mL, passos de 1 ML				
SVI: 0 a 200 mL/m ² , passos de 1 mL/m ²				

	<p>Possibilidade de inclusão do gráfico hemodinâmico com visualização do esquema da curva de Frank-Starling, permite exibição de tendências para gerenciamento de terapia intensiva.</p> <p>Acessórios para cada monitor:</p> <p>01 Suporte de fixação em parede, articulável, com altura regulável, sistema de fixação do monitor ao suporte com ajuste do ângulo de visualização e base de fixação com furos;</p> <p>1 Cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2P+T) segundo padrões ABNT;</p> <p>1Cabo de ECG de 5 vias ou 6 vias (incluindo pré-cabo);1 Sensor de oximetria de pulso reutilizável adulto/pediátrico (incluindo pré-cabo);1 Conjunto completo sidestream ou microstream, composto de 10 armadilhas de água, 02 conector vias aéreas,02 cânulas de amostragem ou cabo de capnografia maistream adulto a neonatal,Conjunto Debito Cardíaco Contínuo não invasivo, 02 Mangueira de PNI adulto;Manguito:02 adulto;02 obeso;02 adulto grande;Sensor de temperatura cutâneo; Bateria; Todos os recursos solicitados no descritivo Técnico deverão constar no Manual do Equipamento.Estar em linha de produção ativa.</p> <p>Codigo:66973 Cod.SIAFISICO: 5623170 UNIDADE SIAFISICO:01 Cod.ND:44905235</p>			
11	<p>BALCAO TERMICO; PARA USO SOBRE PISO, COM RODIZIOS COM TRAVAS; COM CAPACIDADE PARA ATE 6 CUBAS GN 1/1 (AQUECIDA), COM TAMPA E ALCA; CUBA EM ACO INOX AISI 304; COM ESPESSURA MININA DE 10MM (CHAPA 22), TANQUE MINIMO 25 CM DEPROFUNDIDADE; ESTRUTURA EM ACO INOX AISI-430 FORMA DE COLUNA TUBULAR DE 1.1/2";CORTE LASER, SOLDA INOX S/ REBARBA OU CANTO VI; MEDINDO NO MINIMO (2200X700X900)CM (C X P X A); COM CORRE BANDEJA AMBOS OS LADOS, EM TUBO DE ACO INOX, COM 1" DE DIAMETRO,SUPORTE TIPO MAO FRANCESA; PROTECAO SALIVAR EM VIDRO CURVO TEMPERADO 6MM, COM LAMPADA FLUORESCENTE; COM GABINETE DE FECHAMENTO FRONTAL E LATERAIS; PARA AQUECIMENTO DE ALIMENTO POR RESISTENCIA SECA; FORNECIDO COM TERMOSTATO ELETROMECANICO, REGULAGEM MANUAL, AQUECIMENTO MIN 60°C; TENSÃO DE ALIMENTACAO 220V BIFASICA , POTENCIA 3000W; CONTEM LAMPADA PILOTO INDICANDO A FUNCAO LIGA E DESLIGA; CABO PP 36MM2; PLUGUE INDUSTRIAL 2P+T; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO; ASSISTENCIA TECNICA NO SISTEMA ON SITE; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE;</p> <p>Codigo:70446 Cod.SIAFISICO: 6035892 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	611972	UND	1,00
12	<p>CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL; EM FIBERGLASS DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; 02 GABINETES DE 02 PORTAS E FECHADURAS,TAMPO SUPERIOR COM ALCAS INTEGRADAS E 02 PRATELEIRAS INTERNAS; COMPRIMENTO: 1.200 MM X PROFUNDIDADE: 595 MM X ALTURA: 920 MM. PUXADORES 1.385 MM; 04 RODIZIOS BANDA DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO ALTA RESISTENCIA,NUCLEO DE POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO; GEL COAT ISOFTALICO; TRANSPORTE DOS MAIS VARIADOS TIPOS: ROUPAS, CAIXAS, MATERIAIS DIVERSOS, INSTRUMENTAIS, ENTRE OUTROS</p> <p>Codigo:66114 Cod.SIAFISICO: 6175147 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	339886	UND	4,00
13	<p>EQUIPAMENTO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA AGUA; FILTRO CENTRAL; FABRICADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 304; PARA INSTALACAO EM PONTO DE ENTRADA; PARA AGUA TRATADA; COM RETENCAO DE PARTICULAS; RETENCAO DE CLORO LIVRE; ELEMENTO FILTRANTE COM QUARTZO E CARVAO ATIVADO; VAZAO DE 1000 LITROS POR HORA; PRESSAO MAXIMA DE 3,0KGF/CM2; PRESSAO MINIMA DE 1,0KGF/CM2; VIDA UTIL MINIMA DO ELEMENTO FILTRANTE DE 12 MESES; CONEXAO ENTRADA E SAIDA DE 3/4"; CONFORME NORMAS NBR / ABNT VIGENTES; COM CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;</p>	441932	UND	1,00

	Codigo:67744 Cod.SIAFISICO: 6233732 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234			
14	<p>FOGAO INDUSTRIAL; MODELO DE CENTRO, BAIXA PRESSAO; PARA USO SOBRE PISO, COM PES SEM EMENDAS; COM ESTRUTURA EM ACO INOXIDAVEL AISI-304, LIGA 18.8, COM TAMPO SUPERIOR EM ACO INOXIDAVEL; ALIMENTACAO GLP (GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO); COM 6 (SEIS) QUEIMADORES DUPLOS; DO TIPO COROA E CACHIMBO; QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, MEDINDO 180MM (COROA) E 85MM (CACHIMBO); ACENDIMENTO COM 2 TORNEIRAS DE CONTROLE, COM LIMITES INTRANSPONIVEIS NAS POSICOES ABERTO E FECHADO; GRELHAS EM FERRO FUNDIDO, REMOVIVEIS, COM IDENTIFICACAO DE INTENSIDADE DAS CHAMAS; MEDINDO (500 X 500)MM, ESPASSADAS ENTRE SI; BANDEJA COLETORA EM ACO INOXIDAVEL, COM PUXADORESDESENVOLVIDOS NA PROPRIA PECA; PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA EM ACO INOXIDAVEL AISI 304 LIGA 18.8; EQUIPAMENTO DESMONTAVEL (BANDEJAS, GRELHA, QUEIMADORES), PARA FACILITAR TRANSPORTE E LIMPEZA; AS TORNEIRAS DE CONTROLE DEVEM ESTAR EM 2 LADOS OPOSTOS, FIXADAS EM TUBO DE ALIMENTACAO (GAMBIARRA); SEM FORNO; EQUIPAMENTO E COMPONENTES NAO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, ARESTAS OU ELEMENTO CORTANTE; DIMENSOES APROXIMADAS (80X200X150)CM (ALT.X LARG.X PROF.); COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, ASSISTENCIA TECNICA SISTEMA ON-SITE; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES OBRIGATORIAS ABNT NBR-10148/2011 E ATUALIZACOES POSTERIOR;</p> <p>Codigo:70441 Cod.SIAFISICO: 6272860 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	331195	UND	4,00
15	<p>DESFIBRILADOR; MICROPROCESSADO, COM MARCAPASSO, SPO2, ETCO2, IPX4, ONDA BIFASICA, GABINETE POLIMERO DE ALTA RESIST.; CARGA 2 A 200J, AJUSTE CARGA DEVE ATENDER PROTOC. DESFIBRILACAO INTERNA E EXTERNA ADULTO E PEDIATRICO; DESCARGA AUTOMATICA DE ENERGIA, APOS, MAX.60 SEGUNDOS DE CARGA SEM DISPARO,TEMPO DE RECARGA MAX.6S P/200J; SINCRONISMO PARA CARDIOVERSAO COM CONTROLE DEDICADO,AUTOTESTE,ANALISE IMPEDANCIA,DESFIB.MANUAL E DEA,ANULAR CARGA MANUALMENTE; JOGOS DE ELETRODOS 5 PARES ELETRODOS DESCART.P/ESTIMULACAO EXT, JOGO DE PAS EXTERNAS, AD. E PED,INDICA IMPED.CONTATO; MONITOR LCD COLOR, 6POL, APRESENTA SIMULT 3 CURVAS, BOTAO SEL.CARGA,MONITORACAO SPO2 E ETCO2 NO PROPRIO EQUIP; ALARMES: AUDIOVISUAL AJUSTAVEL PARA ALTA E BAIXA SPO2, PARA CARGA DE BATERIA BAIXA, VALOR MAXIMO CAPNOGRAFIA; SEGURANCA ATEND. NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-4, NBR IEC 60601-1-2, NBR IEC 60601-2-49; MARCAPASSO DE DEMANDA, INCORP. AO EQUIP., ESTIM.TRANSNC., AJUSTE FREQ:40 A 160 P/M,AJUSTE CORRENTE:30 A 140 MA; ECG 3 DERIV C/PROT CONTRA DESFIB, ANALISE ECG E ACONSELHAMENTO CHOQUE,MARC.EVENTOS PRE E POS CHOQUE; ALIMENTACAO: SELECAO AUTOMATICA ENTRE 100 E 230 VOLTS - 60 HERTZ. BATERIA INTERNA, SELADA, RECARREGAVEL; ACOMPANHA: CABO FORCA, CABO ECG 3 VIAS, CABO P/ELETRODO ADESIVO DESCART., TUBO DE GEL,SENSOR P/SPO2,SENSOR CAPN; INCLUI: MANUAL OPERACIONAL EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA 12 MESES, INSTALACAO E TREINAMENTO;</p> <p>Codigo:70066 Cod.SIAFISICO: 6315674 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	616823	UND	5,00
16	<p>ELETROENCEFALOGRAFO; DIGITAL, PARA DIAGNOSTICO DE ATIVIDADE CEREBRAL; DE 25 CANAIS, CONVERSOR A/D 16 BITS, COM FOTOESTIMULADOR MICROPROCESSADO; SENSIBILIDADE (GANHO) PRE AMPLIFICADOR DE SINAIS PARA APRESENTACAO GRAFICA DAS CURVAS DE EEG; FILTROS PARA ELIMINAR RUIDOS /INTERFERENCIAS NOS TRACADOS EEG; SOFTWARE ANALISE DE TRACADO ELETROGRAFICO, MAPEAMENTO CEREBRAL, EMISSAO DE LAUDO, BACKUP DE ARQUIVO; CALIBRACAO AUTOMATICA; IDENTIFICACAO DE MORTE ENCEFALICA,CONEXAO POR PORTA USB, ATENDIMENTO AS NORMAS ABNT NBR IEC 60601-1, 60601-1-2, 60601-2-26; PROCESSAMENTO EM MICROCOMPUTADOR, HD MINIMO 1TB, CONEXAO ETHERNET,MINIMO 8GB DE MEMORIA RAM, PORTA USB, TECLADO, MOUSE; MONITOR LCD 17" COLORIDO; ACOMPANHA: CABECOTE, CABO</p>	615517	UND	2,00

	<p>PACIENTE, RACK P/TRANSPORTE DE TODO SISTEMA; ACOMPANHA 4 PARES ELETRODOS REFERENCIA, 4 ELETRODO TERRA, 4 JOGOS DE 24 ELETRODOS DE CAPTACAO; ALIMENTACAO: 127/220 V - 60 HZ COM NOBREAK ESTABILIZADO; INCLUI: GARANTIA 24 MESES, MANUAL DE USUARIO, TREINAMENTO E INSTALACAO;</p> <p>Codigo:72004 Cod.SIAFISICO: 6351425 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
17	<p>VIDEOLARINGOSCOPIO OPTICO; PORTATIL , TELA INTEGRADA, OPERACAO COM BOTAO UNICO, PERMITE VISAO DIRETA E INDIRETA; MONITOR CMOS; CAMERA ACOPLADA, TELA EM LED COM DISPLAY COLORIDO,LAMPADA LED DE ALTA INTENSIDADE; PARA TODOS OS TIPOS DE INTUBACAO INCLUSIVE VIA AEREA DIFICIL; ESTERILIZAVEL COM PEROXIDO DE HIDROGENIO OU DESINFECÇÃO POR IMERSAO DE ALTO NIVEL; LAMINAS TAMANHO ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAL, REPROCESSAVEIS; ACOMPANHA BATERIA OU PILHAS; ALIMENTACAO POR BATERIA OU PILHAS; GARANTIA DE NO MINIMO 24 MESES, MANUAL TÉCNICO</p> <p>Especificação compras: Vídeo laringoscópio portátil, eletrônico com câmera de vídeo com imagens coloridas;</p> <p>dotado de cabo anatômico com estrutura reforçada e esterilizável com peróxido de hidrogênio ou desinfecção por imersão de alto nível e em baixa temperatura;</p> <p>Equipamento leve e de fácil manuseio e operação; equipado com fonte de luz de alta intensidade; Monitor de vídeo tipo LED ou LCD, imagens a cores, tamanho de no mínimo 3 polegadas; resolução de 640 x 480 (rgb); Ângulo de visão maior que 60°, inclinação mínima de 0 ~110°; rotação mínima de 0 ~250°, iluminância maior que 150 lux;</p> <p>Câmera com resolução de até 1280x720 pixels</p> <p>Dotado de dispositivo ou botão(ões) para facilitar a operação e uso; Deve ser capaz de gravar e fotografar, a escolha do usuário, o processo de intubação para fins de documentação e memória interna ou cartão de memória de no mínimo 8GB para armazenagem. Produto deve ser livre de látex. Alimentação através de bateria recarregável de lítio e com duração maior que 140 minutos.</p> <p>Porta USB para conexão em PC e possibilidade de transferência de imagens e Display com possibilidade de intercâmbio com outros dispositivos de intubação, tais como flexíveis.</p> <p>Acessórios que acompanham o equipamento:</p> <p>01 kit de lâminas reutilizáveis tamanhos neonatal, pediátrico, adulto, adulto grande e hiperangulada;</p> <p>01 (uma) maleta para transporte e acondicionamento do equipamento;</p> <p>Todos os cabos, conectores e adaptadores necessários ao pleno funcionamento e conservação solicitados para o equipamento</p> <p>Acompanha 100 laminas descartáveis</p> <p>Codigo:71318 Cod.SIAFISICO: 6433995 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	633677	UND	7,00

18	<p>FREEZER HOSPITALAR; CAPACIDADE 500 LITROS, SISTEMA DE REFRIGERACAO SEM USO DE CFC; VERTICAL, MICROPROCESSADO; ACABAMENTO EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTATICA A PO; CAMARA INTERNA EM MATERIAL NAO FERROSO, COM 4 GAVETAS/PRATELEIRAS REMOVIVEIS; PORTA COM FECHAMENTO MAGNETICO E CHAVE DE SEGURANCA; CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL ATE -30 GRAUS CELSIUS, PAINEL FRONTAL COMINDICACAO DA TEMPERATURA E ALIMENTACAO; ILUMINACAO INTERNA, RODIZIOS COM FREIOS; ALARME SONORO E VISUAL PARA OSCILACAO DE TEMPERATURA, PORTA ABERTA E INTERRUPCAO DE ALIMENTACAO ELETRICA; SOFTWARE E INTERFACE PARA COMUNICACAO COM COMPUTADOR PARA ENVIO DOS DADOS DE TEMPO E TEMPERATURA; 220V - 60 HZ;</p> <p>Codigo:70857 Cod.SIAFISICO: 6436544 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	386592	UND	1,00
19	<p>EQUIPAMENTO VERTICAL, DE FORMATO EXTERNO E INTERNO RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A GUARDA CIENTÍFICA E OU ARMAZENAMENTO DE BOLSAS DE SANGUE ENTRE 300 E 360 BOLSAS DE 500ML. - CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 500 LITROS ÚTEIS. - REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO, SELADO, DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO FORÇADO DE AR INTERNO, GARANTINDO UMA MAIOR HOMOGENEIDADE NA TEMPERATURA INTERNA. - DIFUSOR DE AR INDIVIDUAL POR GAVETA GARANTINDO A PERFEITA HOMOGENEIDADE DE TEMPERATURA DENTRO DA CÂMARA E RÁPIDA RETOMADA DO FRIO EM CASO DE ABERTURA DE PORTA. DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO SEM TRABALHO ADICIONAL. - CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL PARA LONGA VIDA ÚTIL E PERFEITA ASEPSIA. - SEIS GAVETAS DESLIZANTES COM TRILHOS TELESCÓPICOS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA SEU TOTAL DESLOCAMENTO DO INTERIOR DA CÂMARA, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL. - PORTA DE VIDRO TRIPLO TIPO NO FOG POR ACESSO VERTICAL. - ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO DE 75 MM NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO EXPANDIDO LIVRE DE CFC. - EQUIPADO COM 4 RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO NA PARTE FRONTAL PARA FÁCIL TRAVAMENTO. - ILUMINAÇÃO INTERNA TEMPORIZADA EM LED DE ALTA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL, ACIONAMENTO NA ABERTURA DA PORTA OU EXTERNAMENTE DIRETO NO PAINEL COM TEMPO PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO. - PAINEL CONTROLADOR DE FÁCIL ACESSO, COM SISTEMA MICROPROCESSADO PELO DISPLAY EM TOUCH SCREEN 7 POLEGADAS FRONTAL SUPERIOR PROGRAMÁVEL DE 2°C A 6°C COM TEMPERATURA CONTROLADA AUTOMATICAMENTE A 4°C POR SOLUÇÃO DIATÉRMICA, APRESENTANDO SIMULTANEAMENTE A VISUALIZAÇÃO DAS TEMPERATURAS DE MOMENTO, MÁXIMA E MÍNIMA, DESCRIÇÃO DE EVENTOS E NÍVEL DE CARGA DA BATERIA, COM MÍNIMO DE 6 SENSORES PARA LEITURA DE TEMPERATURA INDIVIDUAL, VISUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS DE TEMPERATURA, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTA, ALARMES, FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, ENTRE OUTROS, VISUALIZANDO GRÁFICOS EM TEMPO REAL DAS ÚLTIMAS 8 HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DOS DADOS DE TODA A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS E GRÁFICOS POR SENSOR. ORIFÍCIO LATERAL PARA A INTRODUÇÃO DE SONDAS PARA A REALIZAÇÃO DE CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA. ALARME VISUAL E SONORO DOTADO DE BATERIA RECARREGÁVEL PARA REGISTROS DE EVENTOS DE MÁXIMA E MÍNIMA TEMPERATURA, FALTA DE ENERGIA, PORTA ABERTA. - SILENCIADOR DO ALARME SONORO, DE APENAS UM TOQUE. - ACESSO DO USUÁRIO AO AJUSTE DE PARÂMETROS ATRAVÉS DE SENHA DIRETAMENTE NO DISPLAY. - SISTEMA DE REDUNDÂNCIA ELÉTRICO / ELETRÔNICO GARANTINDO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. - SISTEMA DE BATERIA PARA ACIONAMENTO DOS ALARMES NA FALTA DE ENERGIA. - CHAVE GERAL DE ENERGIA - LIGA DESLIGA. - ALIMENTAÇÃO 110 VOLTS, 50/60 HZ. - SISTEMA DE SIMULAÇÃO DE ALARME DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA. - REGISTRO NA ANVISA. - PRODUTO COM CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE ISO 13485, FDA. OU CE. - MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS, GARANTIA DE 24 MESES</p> <p>Codigo:70856 Cod.SIAFISICO: 6436641 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	474216	UND	1,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado a partir da versão atualizada em 11/06/2025 de minuta padronizada disponível no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo (<https://compras.sp.gov.br/ágente-publico/toolkits-documentos-padronizados/>), instituída nos termos do inciso IV, do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 3º do Decreto Estadual nº 67.608/2023, após a análise técnica da Subsecretaria de Gestão da Secretaria de Gestão e Governo Digital e o exame jurídico da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses, contados da data de assinatura da ata de registro de preço, na forma do artigo 105 da lei federal nº 14.133/2021, prorrogável por igual período, desde que comprovado preço vantajoso, em conformidade com o art. 84 da lei federal 14.133/2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (PCA), nos termos do Decreto Estadual nº. 67.689 de 03 de maio de 2023, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Observando os preceitos do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, com base nas recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (2023) e considerando as características técnicas dos itens objeto da contratação, além dos critérios de sustentabilidade que eventualmente já constem na descrição dos itens devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Quando aplicável, nos termos das resoluções e normativas pertinentes, só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, que nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002684.pdf>. Encontra-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC ANVISA nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir fixado no equipamento;

4.1.5. O licitante vencedor deverá apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, se aplicável;

4.2. Para análise e julgamento da proposta, deverão ser apresentados os documentos abaixo conforme disposto no item 6.22.6 do Edital:

4.2.1. Planilha de Proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo anexo ao Edital, contendo os preços unitários e o valor total atualizados;

4.2.2. Catálogo, Prospecto, ou Informativo nítido do objeto contratado contendo os valores unitário e total dos itens, a marca, o modelo, o código do fabricante, o número do registro válido do item na ANVISA quando aplicável, imagem e descritivo técnico detalhado em língua portuguesa.

4.2.2.1. Estando o Registro ANVISA vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação (Petição 1 e 2), conforme Decreto Federal nº 8.077/2013, acompanhada de cópia do Registro vencido. A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá a exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, que se referem fundamentalmente à conveniência e à oportunidade socioeconômica, com vistas ao não encarecimento da contratação e à ampliação da concorrência, já que os bens objeto da contratação são caracterizados como de natureza comum.

Obrigações do Contratado

4.4. Sem prejuízo das previsões constantes dos demais documentos que instruem este processo e dos descritivos da tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, são obrigações do Contratado em relação aos equipamentos fornecidos:

4.4.1. Designar, por escrito, funcionário responsável e capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, e que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do objeto. Esse funcionário terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao servidor responsável do Contratante designado para acompanhar a execução do objeto e tomar as providências pertinentes, inclusive quanto à assistência técnica do equipamento;

4.4.2. Efetuar montagem e instalação dos equipamentos fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega do equipamento, acompanhado de todos os seus periféricos e acessórios necessários para instalação.

4.4.3. Agendar a instalação do equipamento com o Centro de Engenharia Clínica e o Centro de Custo Solicitante, no momento da entrega do equipamento.

4.4.4. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4.5. Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do objeto.

4.4.6. Garantir a execução do objeto, obedecidas as disposições da legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pela entrega dos bens objeto do presente ajuste.

4.4.7. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente pelo bom estado e boa qualidade dos bens fornecidos, respondendo perante o Contratante, inclusive perante órgão do poder público, por qualquer inadequação dos produtos entregues.

4.4.8. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

4.4.9. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, frete, carga e descarga etc.

4.4.10. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.11. Executar assistência técnica corretiva, quando necessária, e preventiva de acordo com a indicação do manual do fabricante, apresentando relatório de serviços acompanhado de lista de testes realizados durante o procedimento de manutenção, inclusive a substituição sempre que necessário, que serão realizados sem qualquer custo para o Contratante.

4.4.12. Atender aos chamados de assistência técnica no prazo máximo de 6 (seis) horas, a contar do horário exato da chamada, e a resolução do problema em até no máximo 48 (quarenta e oito) horas.

4.4.13. Providenciar a substituição imediata do equipamento por outro de mesmas características nos termos da garantia aplicável, sendo que o equipamento substituto deverá vir com certificado de calibração/aferição e atestado da data de fabricação.

4.4.14. Efetuar ampliação/atualização técnica do equipamento quando for necessário.

4.4.15. Garantir que o equipamento ofertado esteja em linha de produção atual, não podendo ser protótipo ou sistema em fase de obsolescência tecnológica.

4.4.16. Oferecer treinamento gratuito aos servidores da Unidade que irão operacionalizar o equipamento e produtos licitados, a ser realizado nas instalações da própria Unidade, incluindo o fornecimento dos materiais necessários à sua realização.

4.4.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução do objeto.

4.4.18. Prestar ao Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente às reclamações sobre a execução do objeto.

4.4.19. Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografias recentes.

4.4.20. Substituir qualquer integrante da sua equipe cuja permanência nas instalações do Contratante for julgada inconveniente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação justificada formulada pelo Contratante.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A entrega dos bens objetos desta licitação deverá ser feita na Seção Seção de Recebimento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, localizado na **RUA DOUTOR REINALDO MACHADO, 255, BAIRRO FRAGATA - MARÍLIA/SP, CEP 17519-080**, de segunda à sexta-feira das 08h00min às 16h00min, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.2. Prazo de Entrega dos bens não poderá ser superior a **60 (sessenta) DIAS CORRIDOS**, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. No caso de material importado, cuja identificação esteja em outro idioma, deverá vir acompanhado de etiqueta em português.

5.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, sem prejuízo das garantias legais, será aquele estabelecido nos descritivos dos itens da tabela do tópico 1.1 deste Termo de Referência.

5.6.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei Federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e de pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

7.18. Para fins de liquidação das contratações do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA é exigido cadastro no sistema CAUFESP, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro, sem custos para o licitante.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.21.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Seleção do fornecedor e fornecimento

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) para o exercício das atividades elencadas no art. 3º da RDC ANVISA nº 16 /2014 e Autorização Especial de Empresas (AE) para o exercício das atividades elencadas no art. 4º da RDC ANVISA nº 16/2014 expedidas pela ANVISA.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Outras comprovações

8.24. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.24.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.24.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.24.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.25. Tratando - se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.26. Também será exigida para fins de habilitação a seguinte declaração:

8.26.1. Declaração de conflito de interesse subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo anexo ao Edital, afirmando que os sócios e/ou proprietários não são membros do corpo diretivo, tenham cargo de chefia ou confiança e que não estejam envolvidos diretamente na utilização dos produtos ou serviços objeto desse processo de compra em qualquer uma das seguintes entidades: Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA; Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR; ou, Fundação Municipal de Ensino – FUMES, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Estimativas do valor da contratação

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, conforme possibilita a previsão do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas a preservar o caráter competitivo do certame e a ampliar o poder de barganha da Administração nas fases de disputa e de seleção do fornecedor. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 092601/09060;
- II. Fonte de Recursos: 150.01.0002;
- III. Programa de Trabalho: 10302093048500000;
- IV. Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 096002;
- V. Elemento de Despesa: 44905235, 44905234,
- VI. Plano Interno: não se aplica.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO MASAITI KAYANO ROSA

Coordenador



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:47:02.

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Estudo Técnico Preliminar 129/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 144.00007498/2026-81

2. Da Elaboração do ETP

- 2.1. Documento elaborado no Sistema ETP Digital, disponível no Portal do Governo Federal, e conforme orientações do "Manual" disponibilizado em 08/02/2024, pela Secretária de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo.
- 2.2. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP), analisa a demanda referente ao Documento de Formalização de Demanda (DFD) que compõe este processo.
- 2.3. Informo que este documento foi elaborado atendendo ao Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, e estabelece os aspectos para a contratação e sua viabilidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Infraestrutura e Logística do HCFAMEMA	Evelyn Faria de Oliveira Sena

4. Descrição da necessidade

- 4.1. A aquisição dos **EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, objetos deste processo licitatório destina-se a atender às necessidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, no que diz respeito à continuidade da prestação dos serviços de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os itens da contratação são internamente considerados como eventuais, pois destinam-se a atender necessidades específicas dos setores que os utilizam na rotina dos serviços prestados, além de possuírem um tipo de consumo interno que não demanda a formação de estoques, já que em sua maioria são itens que possuem natureza de bens duráveis.
- 4.2. Destaca-se que a necessidade de aquisição por esta Instituição dos referidos objetos é indispensável para a continuidade da prestação dos serviços de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que o HCFAMEMA atende a uma rede de 62 municípios e cerca de 1,2 milhões de habitantes nos procedimentos de média e alta complexidade, demanda para a qual se destina a aquisição dos referidos Insumos Hospitalares.
- 4.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, pois seus padrões de qualidade e desempenho estão objetivamente definidos e sua aquisição poderá ocorrer por meio de especificações usuais no mercado.
- 4.4. A tabela abaixo relaciona os itens que serão adquiridos e seus respectivos quantitativos e especificações técnicas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	MESA AUXILIAR HOSPITALAR; PARA ATENDIMENTO A BEIRA DO LEITO; EM ACO INOX 304,TUBO DE AÇO INOX 1 POLEGADA X 1/4,TAMPO EPRATELEIRA EM CHAPA DE INOX Nº 20; 4 RODIZIOS 3 POLEGADAS,COM BANDA DE	422562	UND	1,00

	<p>RODAGEM EM POLIURETANO, CARENAGEM METALICA COM PINTURA ELETROSTATICA; ALTURA DO PISO ATE PRATELEIRA 30CM, GRADIL TUBULAR EM INOX COM ALTURA DE 3 CM, NO TAMPO E PRATELEIRA; 40 CM LARGURA X 50 CM COMPRIMENTO 80 CM DE ALTURA APROXIMADAMENTE</p> <p>Especificação compras: Mesa será usada de apoio na cozinha</p> <p>Codigo:23932 Cod.SIAFISICO: 3349799 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
2	<p>CARRO MACA HOSPITALAR; ESTRUTURA (CHASSI)EM TUBOS DE AÇO RETANGULAR 50 X 30 X 2,0 MM, COM PINTURA EM EPÓXI E REVESTIDA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM SUPORTE HORIZONTAL PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO: (ESTRADO): EM TUBO DE AÇO DE 40 X 20 X 1,5 MM; CAPACIDADE: PARA PACIENTES DE ATÉ 250 KG (CARGA SEGURA). SISTEMA DE ELEVAÇÃO HIDRÁULICO; LEITO COM DORSO RECLINÁVEL (MIN 70°); TRENDELEMBURG/REVERSO TRENDELEMBURG ACIONADO MANUALMENTE POR PISTÃO A GÁS (-12°/+12°);RODAS 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 6", SENDO 2 COM FREIO EM DIAGONAL; COM PARA-CHOQUE DE PVC EM TODA VOLTA; GRADES LATERAIS RETRATEIS (DE ABAIXAR) EM AÇO INOX AISI 304 DE 1" E 1,25 MM DE ESPESSURA; LEITO EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,83 X 0,80 M DIMENSÕES EXTERNAS: 200 X 90 X 100 CM (CXLXA). ALTURA AJUSTÁVEL DE 75 A 100 CM; ACOMPANHA SUPORTE DE SORO EM AÇO INOX, COLCHONETE EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO, DENSIDADE 33; INCLUI: GARANTIA 5 ANOS; SERÃO CONSIDERADOS APENAS EQUIPAMENTOS DE MEDIDAS PADRÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO HOMOLOGADOS PELO INMETRO</p> <p>Codigo:73273 Cod.SIAFISICO: 3934500 UNIDADE SIAFISICO:UN Cod.ND:44905235</p>	428265	UND	11,00
3	<p>TELEVISÃO; SMART TV A CORES FULL HD; CONVERSOR INTEGRADO DTV; TELA PLANA WIDESCREEN; DE 50 POLEGADAS; COM RESOLUCAO DE 1920 X 1080 (FULL HD); COM APROXIMADAMENTE 125,7 CM DE DIAGONAL; FUNCOES ON/OFF, TIMER/SLEEP TIMER, BLOQUEIO DE CANAIS, GUIA DE PROGRAMAS, MENU NA TELA, SOM ESTEREO; COM SENSOR DE LUMINOSIDADE E ARC (AUDIO RETURN CHANNEL); COM 3 ENTRADAS HDMI, 1 ENTRADA VIDEO COMPOSTO TRASEIRA E 1 NA LATERAL, 2 ENTRADAS AUDIO ANALOGICO; 2 ENTRADAS RF, 1 ENTRADA ETHERNET; 2 SAIDAS USB, 1 SAIDA AUDIO/FONE DE OUVIDO, 1 SAIDA AUDIO DIGITAL; COM RECEPCAO PARA 181 CANAIS; SISTEMA DE CORES PAL-M, NTSC E PAL-N; CONTROLE REMOTO PADRAO; VOLTAGEM BIVOLT; CONSUMO APROXIMADO DE 0,3 WATTS EM STAND BY E 140 WATTS EM USO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 115 X 721 X 31 CM (LXAXP) COM BASE; PESANDO NO MAXIMO 18 KG; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; MANUAL EM PORTUGUES; FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO, 2 PILHAS AAA E PARAFUSOS;</p> <p>Especificação compras: COM FUNÇÃO DE IP FIXO.</p> <p>Codigo:69388 Cod.SIAFISICO: 4148690 Cod.ND:44905234</p>	443965	UND	7,00
4	<p>CAMA HOSPITALAR COM MOVIMENTOS ELÉTRICOS DE: ALTURA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE CABECEIRA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE JOELHOS, TRENDELEMBURG E REVERSO TRENDELEMBURG; POSIÇÃO DE CADEIRA EM UM ÚNICO BOTÃO NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; - ESTRUTURA: TUBOS CIRCULARES E RETANGULARES DE PRECISÃO EM AÇO CARBONO; - DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL: 2,18 M; LARGURA TOTAL: 1,00 M (COM APROXIMAÇÃO DE +/- 1 %); ALTURA MÍNIMA DA CAMA NÃO SUPERIOR A 40CM;</p> <p>ALTURA MÁXIMA DA CAMA NÃO INFERIOR A 76CM; COM 4 ATUADORES LINEARES DC;</p> <p>- CONTROLE BILATERAL DE EMERGÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS DE RCP COM DESCIDA AMORTECIDA; COM 4 RODÍZIOS DE 15 CM; FREIO CENTRAL NAS 4 RODAS UM PEDAL ACIONA O FREIO NAS 4 RODAS SIMULTANEAMENTE; POSIÇÃO DE DIRECIONAMENTO TRAVAMENTO ANGULAR DE UMA DAS RODAS; PAINÉIS</p>	631450	UND	30,00

	<p>DE CABECEIRA E PESEIRA MOLDADAS REMOVÍVEIS E COM TRAVA DE SEGURANÇA; PAINEL DE CABECEIRA COM ALTURA FIXA INDEPENDENTE DO MOVIMENTO DA CAMA PARA EVITAR ACIDENTES E COLISÕES NA PAREDE E NO PAINEL DE GASES; ELEVAÇÃO DE CABECEIRA DA CAMA MÁXIMA, NÃO INFERIOR A 65 °; ELEVAÇÃO DO ENCOSTO COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO ANTI FRICÇÃO E CISALHAMENTO, QUE CRIA UM ESPAÇO DE ACOMODAÇÃO DO PACIENTE, NÃO EMPURRANDO-O EM DIREÇÃO À PESEIRA, COM DUPLO EIXO NA ARTICULAÇÃO DO ESTRADO, SENDO UM DELES DESLIZANTE; ELEVAÇÃO DO JOELHO MÁXIMO, NÃO INFERIOR: 28 °; TRENDELEMBURG NÃO INFERIOR: 17 °; REVERSO DE TRENDELEMBURG: - 17°; COMANDO DE BLOQUEIO DOS MOVIMENTOS ELÉTRICOS INDEPENDENTE PARA CADA MOTOR; CARGA DE TRABALHO SEGURA: MINIMO DE 250 KG; PROTETORES ANTI IMPACTO NAS EXTREMIDADES DA CAMA; 4 LOCAIS PARA COLOCAÇÃO DO SUPORTE DE SORO; GANCHOS LATERAIS PARA COLOCAÇÃO DE BOLSAS; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA COM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS EVITANDO O DESLIZAMENTO DO PACIENTE NO LEITO; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA SEM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS PARA SAÍDA DO PACIENTE DO LEITO; POSIÇÃO VASCULAR COM AJUSTE MANUAL, COM 4 POSIÇÕES DE ALTURA DO PÉS (DE -3° A -22°); INDICADORES DE ÂNGULOS DE INCLINAÇÃO DE CABECEIRA E TRENDELEMBURG EMBUTIDOS NAS GRADES LATERAIS;</p> <p>ESTRADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DIVIDIDO EM 4 SECÇÕES, COM PAINÉIS REMOVÍVEIS PARA FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO; COMANDO QUE DESARTICULA TODOS OS MOVIMENTOS DO LEITO PARA A POSIÇÃO PLANA E MAIS BAIXA; ALAVANCA MECÂNICA QUE ABAIXA RAPIDAMENTE A SECÇÃO DA CABECEIRA PARA PROCEDIMENTO DE RCP, EM AMBOS OS LADOS DA CAMA; POSIÇÃO DE CADEIRA CARDÍACA EM UM ÚNICO COMANDO, NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; BATERIA DE RESERVA AUTOMÁTICA EM CASOS DE FALTA DE ENERGIA; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 127 / 220 AUTOMÁTICO, GRAU DE PROTEÇÃO NO MÍNIMO IPX4. ACOMPANHA:1 SUPORTE DE SORO COM 4 GANHOS;1 COLCHÃO DE ESPUMA INDEPENDENTE, MULTIDENSIDADE E CORTADA EM CUBOS PARA FLUXO DE AR SOB A SUPERFÍCIE. COBERTURA À PROVA D'ÁGUA COM EXTENSÃO MÚLTIPLA, PERMEÁVEL A VAPOR, COM PROPRIEDADES BACTERIOSTÁTICAS E FUNGOESTÁTICAS , ÁREA DE BAIXA DENSIDADE PARA APOIO AOS CALCANHARES E TORNOZELOS DO PACIENTE. ISENTA DE LATÉX (O COLCHÃO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA PELO MESMO FABRICANTE DA CAMA.)</p> <p>Codigo:70933 Cod.SIAFISICO: 4315642 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
5	<p>CONJUNTO SERRA CIRÚRGICA DE EXTERNO:CONTENDO 02 (DUAS) PEÇAS DE MÃO CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO CIRÚRGICO AUTOCLAVÁVEL SENDO UMA DE CORTE OSCILANTE (TICO-TICO) E OUTRA DE CORTE SAGITAL AMBAS DE CABO TIPO PISTOLA USADO PARA CORTAR E FAZER ABERTURAS EM TECIDOS ÓSSEOS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 165 MM., LARGURA DE 40 MM. E ALTURA DE 225 MM. E PESO DE 1,55KG COM A BATERIA INCLUSA, SENDO O INSTRUMENTAL ACIONADO POR BATERIA RECARREGÁVEL. A PEÇA DE MÃO DEVE TER DUPLA OPÇÃO DE VELOCIDADES QUE QUANDO CONECTADA À BATERIA OPERAR A 10.000 CPM NO (MODO STD) E 12.000 CPM NO (MODO FAST), COM ARCO DE EXCURSÃO DE 5°, COM ENERGIA DE SAÍDA DE 80 A 120 WATTS. A EXTREMIDADE FRONTAL DESTA SERRA DEVE INCORPORAR UM BOTÃO DE TRAVA DA LÂMINA PARA RETER A LÂMINA. A PEÇA DEVE GIRAR A CABEÇA EM OITO POSIÇÕES, EM INCREMENTOS DE 45 GRAUS, FEITO APÓS SUA INSERÇÃO, PUXANDO-A PARA FORA DA CABEÇA DO ADAPTADOR E GIRANDO-O PARA O ÂNGULO DE CORTE DESEJADO, LIBERANDO EM SEGUIDA, PARA TRAVAR NA POSIÇÃO. O GATILHO NA PORÇÃO FRONTAL DA PEÇA DEVE PERMITIR O CONTROLE DA VELOCIDADE, PELA PRESSÃO DO DEDO DO USUÁRIO E AUMENTO PROGRESSIVO. A VELOCIDADE DEVE VARIAR ENTRE 20% E 100% DA MÁXIMA. MECANISMO DE PARALISAÇÃO QUE DETENHA O EIXO EM CINCO REVOLUÇÕES APÓS O GATILHO SER LIBERADO. O NÍVEL DE RUÍDO É DE 93 DB. CARREGADOR DE BATERIA DE BANCADA INCLUSO QUE CONSISTE EM UM MICROPROCESSADOR CAPAZ DE DECIFRAR AS APLICAÇÕES DO SOFTWARE, TELA DE STATUS E LED/LCD. COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 25 CM DE LARGURA, 20 CM DE PROFUNDIDADE E 10 CM DE ALTURA. O CARREGADOR DEVE TER MÓDULOS QUE ACEITAM BATERIAS DIFERENTES E SE ADAPTAM NA CAVIDADE FRONTAL DO CARREGADOR. O USO DOS MÓDULOS DEVE PERMITIR AO USUÁRIO OPÇÕES DE TROCA DAS BATERIAS EM UM SÓ CARREGADOR. O CARREGADOR DEVE POSSUIR QUATRO CAVIDADES QUE</p>	485901	UND	1,00

	<p>PODEM ACEITAR QUALQUER TIPO DE MÓDULO E CARREGAR SIMULTANEAMENTE AS QUATRO BATERIAS. O SOFTWARE DO CARREGADOR DEVE SER MANTIDO NA PROGRAMAÇÃO EM HARDWARE. TODOS OS SOFTWARES SERÃO A TELA DE INFORMAÇÃO DO STATUS DO CARREGADOR E O VISOR DE LUZES COLORIDAS EM (LED₂S) QUE INFORMAM O SUPRIMENTO DE ENERGIA DE 120 VAC, 60 HZ, 0-80 WATTS. O CARREGADOR DEVE POSSUIR ISOLAMENTO DE CABO DE ENERGIA COM 16-3 AWG, 60DEGC, SJT 2 METROS COM CONECTOR MOLDADO IEC320 E PLUGUE NRMA 5-15P DE PADRÃO HOSPITALAR. ACOMPANHA 6 BATERIAS RECARREGÁVEIS AUTOLAVÁVEIS, 02 CAIXAS PARA ESTERILIZAÇÃO E 10 LAMINAS SAGITAIS CIRURGICAS, 10 LAMINAS RETAS E 5 PROTETORES DE PLEURA. CONTER MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL QUE PODEM COMUNICAR INFORMAÇÃO ESPECÍFICA DA BATERIA PARA O CARREGADOR.</p> <p>Codigo:70796 Cod.SIAFISICO: 4541120 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
6	<p>CADEIRA DE RODAS; EM ACO, COM PINTURA EPOXI, ARO DE PROPULSAO RAIADO E CROMADO; PARA ADULTO, CAPACIDADE: PACIENTES DE ATÉ 250 KG; TIPO MONOBLOCO, PNEUS MACICO; RODAS DIANTEIRA DE NO MÍNIMO 6 POLEGADA, C/BANDA DE RODAGEM CONDUTIVA EM POLIURETANO, PNEUS MACICOS; FREIO BILATERAL; COM APOIOS DE ANTE-BRACO ESCAMOTEAVEL; COM APOIOS PARA OS PES REMOVÍVEL, LARGURA INTERNA DO ASSENTO DE NO MÍNIMO 80 CM; LARGUMA MAXIMA EXTERNA DA CADEIRA DE 103 CM, ASSENTO ALMOFADADO COM ESPUMA EM COURVIM, REFORCADO C/FITAS TENSORAS ESPECIAIS; ENCOSTO COURVIM REFORCADO, ARGOLÃO EM AÇO PINTADO (PRATA COM VERNIZ), GARANTIA MINIMA DE 36 MESES;</p> <p>Codigo:60724 Cod.SIAFISICO: 4676319 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	408764	UND	6,00
7	<p>CICLOERGOMETRO; AUTOMÁTICO ATIVO, PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES; TRANSPORTÁVEL: CAPACIDADE DE CARGA: 150 KG; CARENAGEM EM ABS INJETADO, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES APROXIMADAS (AXLXC) 41CMX41CMX22CM; PEDAIS EM PLÁSTICOS EMBORRACHADOS COM ALCA, PES DE VELA EM FERRO FUNDIDO E PINTURA ELETROSTÁTICA; AJUSTES: BIDIRECIONAL. ESTABILIDADE AJUSTÁVEL. PESO APROXIMADO 10KG; DISPLAY DIGITAL INDICA FORÇA MUSCULAR, VELOCIDADE, TEMPO DE EXERCÍCIO, DISTANCIA, PERDA DE CALORIAS; INCLUI: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES;</p> <p>Codigo:55815 Cod.SIAFISICO: 4786009 UNIDADE SIAFISICO:01 - UNIDADE Cod.ND:44905235</p>	273263	UND	12,00
8	<p>DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS; COM INDICADOR(ES) SONORO, TELA DE LCD 3,5 POLEGADAS SENSIVEL AO TOQUE E APRESENTACAO DOS BATIMENTOS EM FORMA NUMERICA; COM CONTROLE(S) FILTRO CONTRA RUIDOS, SENSIB A PARTIR 9ª SEMANA DEGEST. E MEMORIA DE ARMAZENAMENTO DE EXAMES; ESCALA DE 50 A 240 BPM, ARMAZENAMENTO DE EXAMES QUE PODEM SER POSTERIORMENTE IMPRESSOS E SALVOS EM COMPUTADOR; ACOMPANHA: TRANSDUTOR A PROVA D'AGUA (IPX 7), FREQUENCIA DE 2,4 GHZ.; ALIMENTACAO: 100-240V 50/60 HZ, COM BATERIA RECARREGAVEL.; DIMENSOES: 200 (L) X 195 (A) X 125 (C) MM; INCLUI: MANUAL TECNICO; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;</p> <p>Codigo:61192 Cod.SIAFISICO: 4823168 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	433856	UND	8,00
9	<p>BERÇO HOSPITALAR ELÉTRICO - CHASSI: CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA DE TUBOS DE AÇO CARBONO QUADRADO 40 MM X 40 MM X 2,0 MM E TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 60 MM X 40 MM X 2,0 MM COM CHAPAS DE 1/4₂ DE ESPESSURA. ESTRADO: CONSTRUÍDO EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 40 MM X 20 MM X 2,0 MM COM TRAVESSAS COMO REFORÇO ESTRUTURAL DO ESTRADO PARA RECEBER OS MOVIMENTOS DE DORSO E PERNAS. LEITO: ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 30 MM X 20 MM X 1,2MM COM CHAPAS DE 3,0MM. LEITO EM TERMOPLÁSTICO REMOVÍVEL. CABECEIRA E PESEIRA : ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. INTERIOR EM ACRÍLICO COM ADESIVO PARA PROTEÇÃO. REALIZA</p>	621133	UND	13,00

	<p>MOVIMENTO DE SUBIDA E DESCIDA, COM TRAVA. GRADES LATERAIS: DOIS PARES DE GRADES EM CADA LADO. AS GRADES LATERAIS, COMPOSTAS POR POLÍMERO DE ALTA DENSIDADE, TENDO ACRÍLICO EM CADA GRADE PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO DO PACIENTE. AO SEREM BAIXADAS, NÃO OCUPAM ESPAÇO E SÃO MAIS ELEVADAS NA PARTE INTERNA DO QUE. POSSUIR SISTEMA DE AMORTECIMENTO QUE GARANTE UM MOVIMENTO SUAVE E SEGURO E MECANISMO DE TRAVA E DESTRAVAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO PACIENTE. MOVIMENTOS: MOVIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DE SISTEMA MECÂNICO TELESCÓPICO QUE CONDUZ O MOVIMENTO LINEAR VERTICAL DOS MOTORES QUE REALIZAM A ELEVAÇÃO DA CAMA. MOVIMENTOS DA CAMA REALIZADOS UTILIZANDO 4 MOTORES E UM SISTEMA AJUSTÁVEL COM SEIS POSIÇÕES. ELEVAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS COLUNAS . TENSÃO DE TRABALHO: 100V A 240V FREQUÊNCIA: 50/60HZ CORRENTE MÁXIMA 3,15 A. RODAS : RODAS DE 6" DE DIÂMETRO COM ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. A BANDAGEM DAS RODAS DEVE SER APROPRIADAS PARA APLICAÇÃO HOSPITALAR, DESEMPENHANDO PROTEÇÃO AO PISO COM BAIXO RUÍDO NO DESLOCAMENTO E EXCELENTE CAPACIDADE DE CARGA. FREIOS: PRODUTO DEVERÁ SER DOTADO COM SISTEMA DE FREIOS INDIVIDUAIS NAS QUATRO RODAS ACIONADOS ATRAVÉS DE PEDAL COM A FUNÇÃO DE TRAVA ESTACIONÁRIA DE ROTAÇÃO E TRANSLAÇÃO. PINTURA: TODA A ESTRUTURA DE AÇO CARBONO DEVERÁ PASSAR POR TRATAMENTO QUÍMICO ANTI-FERRUGEM E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ. DIMENSÕES: INTERNA: 1,35 X 0,70M (C X L), EXTERNA: 1,62 X 0,91M (C X L), ALTURA: 0,84 X 1,04M (MÍNIMA E MÁXIMA) CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 180 KG / PESO MÁXIMO DO PACIENTE: 150 KG. AMVISA, INMETRO - ABNT NBR IEC 60601-52, ISO 9001:2015, ISO 13485:2016,TEST SALT SPRY 1.500 HORAS EM LABORATORIO ACREDITADO PELO INMETRO. ASSISTENCIA TECNICA E GARANTIA DE 12 MESES</p> <p>Codigo:71425 Cod.SIAFISICO: 5217873 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
10	<p>ESPECIFICAÇÕES GERAIS</p> <p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM PACIENTES NEONATAIS, PEDIÁTRICOS E ADULTOS, COM TELA DE LCD E CAPACIDADE DE CONECTIVIDADE COM EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO PULMONAR E MONITORES DE DÉBITO CARDÍACO. DEVERÁ POSSUIR INTERFACE COM PROTOCOLO HL7, PARA ACESSO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALAR (HIS), E POSSUIR OS PARÂMETROS FISIOLÓGICOS RELACIONADOS ABAIXO:</p> <p>ELETROCARDIOGRAMA(ECG);</p> <p>PRESSÃO NÃO INVASIVA(PNI);</p> <p>OXIMETRIA DE PULSO(SPO2);</p> <p>RESPIRAÇÃO(RESPI);</p> <p>TEMPERATURA(TEMP);</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR NO CAMPO TEXTO</p> <p>Especificação compras: Especificação Técnica (características mínimas do monitor principal)</p> <p>Tela de LCD de 15" colorida touch screen de alta resolução (1366x768)</p> <p>Permitir apoio em estativa, aparelho de anestesia e suporte específico para fixação em parede;</p> <p>Possuir alça ou cavidade para transporte manual;</p> <p>Exibição simultânea mínima de 15 curvas selecionáveis e os respectivos valores numéricos, permitindo selecioná-las dentre todos os parâmetros em pleno funcionamento, inclusive os módulos extras;</p>	456628	UND	3,00

Possibilidade de utilização dos seguintes parâmetros em módulos dedicados a cada parâmetro, ou em conexões pré-configuradas ao equipamento, ou ainda em sistema de cabos que ao se conectarem ao monitor exibam os parâmetros: Avançados (configuração opcional): Pressão Invasiva, Dupla Oximetria, Débito Cardíaco por: Swan-Ganz, ProAQT e PICCO, Débito Cardíaco Contínuo Não-Invasivo, Capnografia (mainstream), BIS, Agentes Anestésicos (sidestream), TNM /TOF, EEG de pelo menos 4 canais, a EEG.

Permitir conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, afim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.

Acompanhar módulos e/ ou conexões para os parâmetros: BIS, TOF, Débito Cardíaco por Swan-Ganz, 3 Canais de PAI, Capnografia e Dupla Oximetria.

Comunicação \leq leito a leito \geq de no mínimo 12 monitores com possibilidade de visualização dos parâmetros em qualquer monitor ou entre centrais de monitorização;

Menus para configuração e controle dos parâmetros, navegáveis através de tela sensível ao toque;

Possuir até 15 botões configuráveis de acesso rápido na tela principal, para visualização de parâmetros ou execução de funções;

Armazenamento de tendências gráficas e tabulares de todos os parâmetros por no mínimo 72 horas ou 7 dias através da central de monitorização;

Monitorização de cálculos hemodinâmicos e ventilatórios;

Apresentar cursor vertical e/ou horizontal para ser colocado em curvas na medida de pressão de oclusão da artéria pulmonar (capilar) com congelamento da tela e cursor de varredura para medição exata do capilar pulmonar, ou apresentação da pressão de pulso variável (PPV), quando estiver usando o parâmetro de pressão invasiva;

Possuir possibilidade futura (já homologada), de controle remoto para operação do equipamento fora do leito (em casos de leitos de isolamento ou restrição de contato), alheio a central de monitorização.

Capacidade de atualização de software sem a necessidade de substituição de hardware;

Conexão para central de monitorização;

Permite conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, afim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.

Capacidade de integração ao Sistema de Informações Hospitalar (HIS) e conectividade com outros equipamentos, conforme o item \leq Integração e Conectividade \geq deste memorial;

Especificação Técnica (características mínimas do monitor de transporte acoplável (Possibilidade Futura))

Capacidade futura para uso de módulo que funcione tal qual um monitor de transporte, e que possa ser utilizado como um monitor beira de leito ou como uma unidade multiparâmetros do monitor principal objeto deste descritivo.

O módulo/monitor de transporte deverá ser acoplável diretamente ao corpo principal do monitor beira de leito deste item, não sendo permitidos cabos de interconexão. O módulo/monitor de transporte deverá ser conectado ao equipamento principal de forma que possa ser facilmente desafixado e usado para transporte

O módulo/monitor de transporte deverá transmitir os dados de forma bidirecional ao monitor principal ao ser conectado

O módulo/monitor de transporte deverá monitorar e já possuir as entradas de no mínimo os seguintes parâmetros: ECG (até 12 derivações), SpO2, PNI, PAI (2 Canais), EtCO2, Temperatura (2 Canais)

Possuir tela integrada de no mínimo 5.7 polegadas com controles e ajustes através de tela sensível ao toque.

Deve possuir alça de transporte e alça para maca.

Operação por bateria interna de acesso fácil com autonomia mínima de 05 horas.

Deve conter base de carregamento de bateria por fonte interna bivolt automática, que permita o carregamento fora do monitor principal.

Deve possibilitar durante o transporte monitorização de no mínimo 8 curvas com valores numéricos para pacientes de alta complexidade em centros cirúrgicos e nas internações em unidades de terapia intensiva adulto, pediátrica e neonatais.

Deve transferir os dados automaticamente para o monitor beira leito e todas as informações do paciente.

Deve Armazenar 24 horas de todas as curvas e parâmetros.

Dados do monitor em geral:

Alarme audiovisual com no mínimo 02 (duas) prioridades ajustáveis pelo usuário :máximo e mínimo, para todos os parâmetros;

Sistema de alarme visual e sonoro com possibilidade de silenciamento provisório;

Alarme para informar status da bateria;

Capacidade de eletrocardiograma de 12 derivações de maneira simultânea;

Pelo menos 01(uma) saída de vídeo VGA ou DVI para conexão com monitor-escravo que permita a reprodução da tela de monitorização do monitor multiparâmetro com dados configurados .

Possibilidade de tela secundária touchscreen, totalmente funcional, com layouts personalizáveis independentes do monitor principal

Alimentação elétrica: 110/220V bivolt automático, 60Hz, com cabo padrão NBR 14136, plugue de 10 A e comprimento mínimo de 02 (dois) metros;

Possuir alça ou cavidade para transporte manual;

Bateria recarregável interna com autonomia mínima de 02 horas para os parâmetros solicitados em pleno uso.

Características dos Parâmetros Fisiológicos e Configuração/Exibição nos Monitores

Eletrocardiograma (ECG)

Faixa mínima de frequência cardíaca: 15 a 300 BPM;

Precisão: ± 2 bpm ou $\pm 1\%$, o que for maior;

Velocidade de traçado: 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s;

Mínimo três níveis de ganho de amplitude;

Seleção de até 07 (sete) derivações pelo usuário, através de cabo de ECG de cinco vias (DI, DII, DIII, aVL, aVF, aVR e V1), sendo apresentadas simultaneamente na tela pelo menos 03 (três) delas ou 12 derivações com cabo de 10 vias.

Detecção automática de desconexão de derivação;

Detecção de pulso de marca-passo;

Análise de seguimento ST, no mínimo em 03 (três) derivações simultâneas;

Mapa de ST, exibindo de forma visual os eixos e posições de cada complexo ST;

Análise de arritmia: assistolia, fibrilação ventricular, taquicardia ventricular, bigemia, extrassístole, bradicardia e fibrilação atrial;

Proteção contra descarga de desfibrilador e interferência de RF de gerador eletrocirúrgico (bisturi elétrico).

Pressão Não Invasiva (PNI)

Faixa de medição mínima: 10 a 270 mmHg;

Precisão: ± 5 mmHg;

Permitir medidas em pacientes neonato, pediátrico, e adulto e obeso;

Acionamento manual ou automático da medida, programável na faixa mínima de 02 (dois) a 60 (sessenta) minutos e contínua (STAT);

Possuir função de auxílio a punção venosa disponível no equipamento;

Medida das pressões sistólica, diastólica e média por método oscilométrico.

Oximetria de Pulso (SpO₂)

Faixa de medição mínima: 1% a 100%;

Erro máximo (SPO₂): 2% de 80% a 100% e 3% de 70% a 80%

Resolução: 1%;

Apresentar frequência de pulso de 30 a 300 bpm;

Alarmes de sensor desconectado ou saturação zero e saturação de oxigênio mínima e máxima;

Apresentar curva plestismográfica e valor em porcentagem da saturação arterial de oxigênio;

Permitir captação de saturação em neonato;

Apresentar indicador numérico de perfusão.

Tecnologia de baixa perfusão tipo: Nellcor/Masimo/Blue Pro/Fast SPO₂/GE TruSignal;

Permitir mensuração de 2 (dois) canais independentes de Oximetria simultaneamente.

Respiração (RESP)

Faixa de medição: 1 a 150 RPM;

Precisão: ± 2 RPM ou 2%, o que for maior;

Resolução: 1 RPM;

Aquisição da frequência respiratória através da tecnologia de impedância transtorácica ou EtCO₂.

Temperatura (TEMP)

Faixa de medição: 1°C a 45°C;

Precisão: $\pm 0,1^{\circ}\text{C}$ de 25 a 45°C e $0,2^{\circ}\text{C}$ de 025°C ;

Resolução da medida: $0,1^{\circ}\text{C}$;

Permitir medidas esofágico, retal e por contato de superfície;

Permitir a visualização de 03 (três) temperaturas independentes.

Pressão Invasiva (IBP)

Faixa de medição de pressão: - 40 a 300 mmHg;

Entrada compatível com cabo e transdutor de pressão Edwards Lifesciences;

Escalas: manual e automática;

Precisão: $\pm 4\%$ ou $\pm 4\text{mmHg}$;

Ajuste de alarmes mínimo e máximo;

Permitir a visualização de 04 (quatro) pressões independentes.

Possibilidade futura de mensurar até 7 canais de pressão invasiva independentes.

Medição de VPP ou VPS.

Capnografia (EtCO₂)

Apresentar curva de capnografia em tempo real;

Apresentar os valores de EtCO₂ e frequência respiratória;

Faixa de medição de capnografia de 0 a 100 mmHg;

Faixa de frequência respiratória de 3 a 150 rpm;

Precisão da medição do CO₂ : $\pm 3\text{mmHg}$ (de 0 a 10 mmHg) $\pm 7\%$ de leitura (de 40 a 100 mmHg) (Quando não há condensação);

Sensor de CO₂ com adaptador para vias aéreas;

Compensação de N₂O e FiO₂;

Deteção de apnéia com tempo programável;

Ajuste de alarmes mínimo e máximo;

Medidas efetuadas pela tecnologia Mainstream.

Débito Cardíaco

Método de mensuração por termodiluição (Swan-Ganz);

Exibição e mensuração no mínimo de: DC, IC e VS

Faixa de medição da temperatura do injetado no mínimo de 0 a 27°C ;

Faixa de medição de temperatura do sangue no mínimo de 15 a 45°C ;

	<p>Faixa de medição de curva de termodiluição no mínimo de 0 a 2.5°C;</p> <p>Faixa de medição de débito cardíaco mínimo de 0,5 a 20L/min.</p> <p>DÉBITO CARDÍACO NÃO INVASIVO</p> <p>Parâmetros medidos: CCO, CCI, SV, SVI, SVR, SVRI (Para calcular CCI, SVI e SVRI, as informações do paciente (BSA) são requeridas. Para calcular SVR e SVRI, ART e CVP a medição é requerida);</p> <p>Faixa de medição:</p> <p>CCO: 0.5 a 20.00 L/min, passos de 0.01 L/min</p> <p>CCI: 0.5 a 20.00 L/min/m2, passos de 0.01 L/min/m2</p> <p>SV: 0 a 300 mL, passos de 1 MI</p> <p>SVI: 0 a 200 mL/m2, passos de 1 ml_/m2</p> <p>Possibilidade de inclusão do gráfico hemodinâmico com visualização do esquema da curva de Frank-Starling, permite exibição de tendências para gerenciamento de terapia intensiva.</p> <p>Acessórios para cada monitor:</p> <p>01 Suporte de fixação em parede, articulável, com altura regulável, sistema de fixação do monitor ao suporte com ajuste do ângulo de visualização e base de fixação com furos;</p> <p>1 Cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2P+T) segundo padrões ABNT;</p> <p>1Cabo de ECG de 5 vias ou 6 vias (incluindo pré-cabo);1 Sensor de oximetria de pulso reutilizável adulto/pediátrico (incluindo pré-cabo);1 Conjunto completo sidestream ou microstream, composto de 10 armadilhas de água, 02 conector vias aéreas,02 cânulas de amostragem ou cabo de capnografia maistream adulto a neonatal,Conjunto Debito Cardíaco Contínuo não invasivo, 02 Mangueira de PNI adulto;Manguito:02 adulto;02 obeso;02 adulto grande;Sensor de temperatura cutâneo; Bateria; Todos os recursos solicitados no descritivo Técnico deverão constar no Manual do Equipamento.Estar em linha de produção ativa.</p> <p>Codigo:66973 Cod.SIAFISICO: 5623170 UNIDADE SIAFISICO:01 Cod.ND:44905235</p>			
11	<p>BALCAO TERMICO; PARA USO SOBRE PISO, COM RODIZIOS COM TRAVAS; COM CAPACIDADE PARA ATE 6 CUBAS GN 1/1 (AQUECIDA), COM TAMPA E ALCA; CUBA EM ACO INOX AISI 304; COM ESPESSURA MININA DE 10MM (CHAPA 22), TANQUE MINIMO 25 CM DEPROFUNDIDADE; ESTRUTURA EM ACO INOX AISI-430 FORMA DE COLUNA TUBULAR DE 1.1/2",CORTE LASER, SOLDA INOX S/ REBARBA OU CANTO VI; MEDINDO NO MINIMO (2200X700X900)CM (C X P X A); COM CORRE BANDEJA AMBOS OS LADOS, EM TUBO DE ACO INOX, COM 1" DE DIAMETRO,SUPORTE TIPO MAO FRANCESA; PROTECAO SALIVAR EM VIDRO CURVO TEMPERADO 6MM, COM LAMPADA FLUORESCENTE; COM GABINETE DE FECHAMENTO FRONTAL E LATERAIS; PARA AQUECIMENTO DE ALIMENTO POR RESISTENCIA SECA; FORNECIDO COM TERMOSTATO ELETROMECANICO, REGULAGEM MANUAL, AQUECIMENTO MIN 60°C; TENSAO DE ALIMENTACAO 220V BIFASICA , POTENCIA 3000W; CONTEM LAMPADA PILOTO INDICANDO A FUNCAO LIGA E DESLIGA; CABO PP 36MM2; PLUGUE INDUSTRIAL 2P+T; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO; ASSISTENCIA TECNICA NO SISTEMA ON SITE; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE;</p> <p>Codigo:70446 Cod.SIAFISICO: 6035892 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	611972	UND	1,00
12		339886	UND	4,00

	<p>CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL; EM FIBERGLASS DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; 02 GABINETES DE 02 PORTAS E FECHADURAS,TAMPO SUPERIOR COM ALCAS INTEGRADAS E 02 PRATELEIRAS INTERNAS; COMPRIMENTO: 1.200 MM X PROFUNDIDADE: 595 MM X ALTURA: 920 MM. PUXADORES 1.385 MM; 04 RODIZIOS BANDA DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO ALTA RESISTENCIA,NUCLEO DE POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO; GEL COAT ISOFTALICO; TRANSPORTE DOS MAIS VARIADOS TIPOS: ROUPAS, CAIXAS, MATERIAIS DIVERSOS, INSTRUMENTAIS, ENTRE OUTROS</p> <p>Codigo:66114 Cod.SIAFISICO: 6175147 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
13	<p>EQUIPAMENTO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA AGUA; FILTRO CENTRAL; FABRICADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 304; PARA INSTALACAO EM PONTO DE ENTRADA; PARA AGUA TRATADA; COM RETENCAO DE PARTICULAS; RETENCAO DE CLORO LIVRE; ELEMENTO FILTRANTE COM QUARTZO E CARVAO ATIVADO; VAZAO DE 1000 LITROS POR HORA; PRESSAO MAXIMA DE 3,0KGF/CM2; PRESSAO MINIMA DE 1,0KGF/CM2; VIDA UTIL MINIMA DO ELEMENTO FILTRANTE DE 12 MESES; CONEXAO ENTRADA E SAIDA DE 3/4"; CONFORME NORMAS NBR / ABNT VIGENTES; COM CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;</p> <p>Codigo:67744 Cod.SIAFISICO: 6233732 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	441932	UND	1,00
14	<p>FOGAO INDUSTRIAL; MODELO DE CENTRO, BAIXA PRESSAO; PARA USO SOBRE PISO, COM PES SEM EMENDAS; COM ESTRUTURA EM ACO INOXIDAVEL AISI-304, LIGA 18.8, COM TAMPO SUPERIOR EM ACO INOXIDAVEL; ALIMENTACAO GLP (GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO); COM 6 (SEIS) QUEIMADORES DUPLOS; DO TIPO COROA E CACHIMBO; QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, MEDINDO 180MM (COROA) E 85MM (CACHIMBO); ACENDIMENTO COM 2 TORNEIRAS DE CONTROLE, COM LIMITES INTRANSPONIVEIS NAS POSICOES ABERTO E FECHADO; GRELHAS EM FERRO FUNDIDO, REMOVIVEIS, COM IDENTIFICACAO DE INTENSIDADE DAS CHAMAS; MEDINDO (500 X 500)MM, ESPASSADAS ENTRE SI; BANDEJA COLETORA EM ACO INOXIDAVEL, COM PUXADORESDESENVOLVIDOS NA PROPRIA PECA; PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA EM ACO INOXIDAVEL AISI 304 LIGA 18.8; EQUIPAMENTO DESMONTAVEL (BANDEJAS, GRELHA, QUEIMADORES), PARA FACILITAR TRANSPORTE E LIMPEZA; AS TORNEIRAS DE CONTROLE DEVEM ESTAR EM 2 LADOS OPOSTOS, FIXADAS EM TUBO DE ALIMENTACAO (GAMBIARRA); SEM FORNO; EQUIPAMENTO E COMPONENTES NAO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, ARESTAS OU ELEMENTO CORTANTE; DIMENSOES APROXIMADAS (80X200X150)CM (ALT.X LARG.X PROF.); COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, ASSISTENCIA TECNICA SISTEMA ON-SITE; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES OBRIGATORIAS ABNT NBR-10148/2011 E ATUALIZACOES POSTERIOR;</p> <p>Codigo:70441 Cod.SIAFISICO: 6272860 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	331195	UND	4,00
15	<p>DESFIBRILADOR; MICROPROCESSADO, COM MARCAPASSO, SPO2, ETCO2, IPX4, ONDA BIFASICA, GABINETE POLIMERO DE ALTA RESIST.; CARGA 2 A 200J, AJUSTE CARGA DEVE ATENDER PROTOC. DESFIBRILACAO INTERNA E EXTERNA ADULTO E PEDIATRICO; DESCARGA AUTOMATICA DE ENERGIA, APOS, MAX.60 SEGUNDOS DE CARGA SEM DISPARO,TEMPO DE RECARGA MAX.6S P/200J; SINCRONISMO PARA CARDIOVERSAO COM CONTROLE DEDICADO,AUTOTESTE,ANALISE IMPEDANCIA,DESFIB.MANUAL E DEA,ANULAR CARGA MANUALMENTE; JOGOS DE ELETRODOS 5 PARES ELETRODOS DESCART.P/ESTIMULACAO EXT, JOGO DE PAS EXTERNAS, AD. E PED,INDICA IMPED.CONTATO; MONITOR LCD COLOR, 6POL, APRESENTA SIMULT 3 CURVAS, BOTAO SEL.CARGA,MONITORACAO SPO2 E ETCO2 NO PROPRIO EQUIP; ALARMES: AUDIOVISUAL AJUSTAVEL PARA ALTA E BAIXA SPO2, PARA CARGA DE BATERIA BAIXA, VALOR MAXIMO CAPNOGRAFIA; SEGURANCA ATEND. NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-4, NBR IEC 60601-1-2, NBR IEC 60601-2-49; MARCAPASSO DE DEMANDA, INCORP. AO EQUIP., ESTIM.TRANSNC., AJUSTE FREQ:40 A 160 P/M,AJUSTE CORRENTE:30 A 140 MA; ECG 3 DERIV C/PROT CONTRA DESFIB, ANALISE ECG E ACONSELHAMENTO CHOQUE,MARC.EVENTOS PRE E</p>	616823	UND	5,00

	<p>POS CHOQUE; ALIMENTACAO: SELECAO AUTOMATICA ENTRE 100 E 230 VOLTS - 60 HERTZ. BATERIA INTERNA, SELADA, RECARREGAVEL; ACOMPANHA: CABO FORCA, CABO ECG 3 VIAS, CABO P/ELETRODO ADESIVO DESCART., TUBO DE GEL,SENSOR P/SPO2,SENSOR CAPN; INCLUI: MANUAL OPERACIONAL EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA 12 MESES, INSTALACAO E TREINAMENTO;</p> <p>Codigo:70066 Cod.SIAFISICO: 6315674 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
16	<p>ELETROENCEFALOGRAFO; DIGITAL, PARA DIAGNOSTICO DE ATIVIDADE CEREBRAL; DE 25 CANAIS, CONVERSOR A/D 16 BITS, COM FOTOESTIMULADOR MICROPROCESSADO; SENSIBILIDADE (GANHO) PRE AMPLIFICADOR DE SINAIS PARA APRESENTACAO GRAFICA DAS CURVAS DE EEG; FILTROS PARA ELIMINAR RUÍDOS /INTERFERENCIAS NOS TRACADOS EEG; SOFTWARE ANALISE DE TRACADO ELETROGRAFICO, MAPEAMENTO CEREBRAL, EMISSAO DE LAUDO, BACKUP DE ARQUIVO; CALIBRACAO AUTOMATICA; IDENTIFICAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA,CONEXÃO POR PORTA USB, ATENDIMENTO AS NORMAS ABNT NBR IEC 60601-1, 60601-1-2, 60601-2-26; PROCESSAMENTO EM MICROCOMPUTADOR, HD MINIMO 1TB, CONEXAO ETHERNET,MINIMO 8GB DE MEMORIA RAM, PORTA USB, TECLADO, MOUSE; MONITOR LCD 17" COLORIDO; ACOMPANHA: CABECOTE, CABO PACIENTE, RACK P/TRANSPORTE DE TODO SISTEMA; ACOMPANHA 4 PARES ELETRODOS REFERENCIA, 4 ELETRODO TERRA, 4 JOGOS DE 24 ELETRODOS DE CAPTACAO; ALIMENTACAO: 127/220 V - 60 HZ COM NOBREAK ESTABILIZADO; INCLUI: GARANTIA 24 MESES, MANUAL DE USUARIO, TREINAMENTO E INSTALACAO;</p> <p>Codigo:72004 Cod.SIAFISICO: 6351425 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	615517	UND	2,00
17	<p>VIDEOLARINGOSCOPIO OPTICO; PORTATIL , TELA INTEGRADA, OPERACAO COM BOTAO UNICO, PERMITE VISAO DIRETA E INDIRETA; MONITOR CMOS; CAMERA ACOPLADA, TELA EM LED COM DISPLAY COLORIDO,LAMPADA LED DE ALTA INTENSIDADE; PARA TODOS OS TIPOS DE INTUBACAO INCLUSIVE VIA AEREA DIFICIL; ESTERILIZAVEL COM PEROXIDO DE HIDROGENIO OU DESINFECCAO POR IMERSAO DE ALTO NIVEL; LAMINAS TAMANHO ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAL, REPROCESSAVEIS; ACOMPANHA BATERIA OU PILHAS; ALIMENTACAO POR BATERIA OU PILHAS; GARANTIA DE NO MINIMO 24 MESES, MANUAL TÉCNICO</p> <p>Especificação compras: Vídeo laringoscópio portátil, eletrônico com câmera de vídeo com imagens coloridas;</p> <p>dotado de cabo anatômico com estrutura reforçada e esterilizável com peróxido de hidrogênio ou desinfecção por imersão de alto nível e em baixa temperatura;</p> <p>Equipamento leve e de fácil manuseio e operação; equipado com fonte de luz de alta intensidade; Monitor de vídeo tipo LED ou LCD, imagens a cores, tamanho de no mínimo 3 polegadas; resolução de 640 x 480 (rgb); Ângulo de visão maior que 60°, inclinação mínima de 0 ~110°; rotação mínima de 0 ~250°, iluminância maior que 150 lux;</p> <p>Câmera com resolução de até 1280x720 pixels</p> <p>Dotado de dispositivo ou botão(ões) para facilitar a operação e uso; Deve ser capaz de gravar e fotografar, a escolha do usuário, o processo de intubação para fins de documentação e memória interna ou cartão de memória de no mínimo 8GB para armazenagem. Produto deve ser livre de látex. Alimentação através de bateria recarregável de lítio e com duração maior que 140 minutos.</p> <p>Porta USB para conexão em PC e possibilidade de transferência de imagens e Display com possibilidade de intercâmbio com outros dispositivos de intubação, tais como</p>	633677	UND	7,00

	<p>flexíveis.</p> <p>Acessórios que acompanham o equipamento:</p> <p>01 kit de lâminas reutilizáveis tamanhos neonatal, pediátrico, adulto, adulto grande e hiperangulada;</p> <p>01 (uma) maleta para transporte e acondicionamento do equipamento;</p> <p>Todos os cabos, conectores e adaptadores necessários ao pleno funcionamento e</p> <p>conservação solicitados para o equipamento</p> <p>Acompanha 100 laminas descartáveis</p> <p>Codigo:71318 Cod.SIAFISICO: 6433995 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
18	<p>FREEZER HOSPITALAR; CAPACIDADE 500 LITROS, SISTEMA DE REFRIGERACAO SEM USO DE CFC; VERTICAL, MICROPROCESSADO; ACABAMENTO EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTATICA A PO; CAMARA INTERNA EM MATERIAL NAO FERROSO, COM 4 GAVETAS/PRATELEIRAS REMOVIVEIS; PORTA COM FECHAMENTO MAGNETICO E CHAVE DE SEGURANCA; CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL ATE -30 GRAUS CELSIUS, PAINEL FRONTAL COMINDICACAO DA TEMPERATURA E ALIMENTACAO; ILUMINACAO INTERNA, RODIZIOS COM FREIOS; ALARME SONORO E VISUAL PARA OSCILACAO DE TEMPERATURA, PORTA ABERTA E INTERRUPCAO DE ALIMENTACAO ELETRICA; SOFTWARE E INTERFACE PARA COMUNICACAO COM COMPUTADOR PARA ENVIO DOS DADOS DE TEMPO E TEMPERATURA; 220V - 60 HZ;</p> <p>Codigo:70857 Cod.SIAFISICO: 6436544 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	386592	UND	1,00
19	<p>EQUIPAMENTO VERTICAL, DE FORMATO EXTERNO E INTERNO RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A GUARDA CIENTÍFICA E OU ARMAZENAMENTO DE BOLSAS DE SANGUE ENTRE 300 E 360 BOLSAS DE 500ML. - CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 500 LITROS ÚTEIS. - REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO, SELADO, DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO FORÇADO DE AR INTERNO, GARANTINDO UMA MAIOR HOMOGENEIDADE NA TEMPERATURA INTERNA. É DIFUSOR DE AR INDIVIDUAL POR GAVETA GARANTINDO A PERFEITA HOMOGENEIDADE DE TEMPERATURA DENTRO DA CÂMARA E RÁPIDA RETOMADA DO FRIO EM CASO DE ABERTURA DE PORTA. DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO SEM TRABALHO ADICIONAL. - CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL PARA LONGA VIDA ÚTIL E PERFEITA ASSEPSIA. - SEIS GAVETAS DESLIZANTES COM TRILHOS TELESCÓPICOS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA SEU TOTAL DESLOCAMENTO DO INTERIOR DA CÂMARA, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL. - PORTA DE VIDRO TRIPLO TIPO NO FOG POR ACESSO VERTICAL. - ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO DE 75 MM NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO EXPANDIDO LIVRE DE CFC. - EQUIPADO COM 4 RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO NA PARTE FRONTAL PARA FÁCIL TRAVAMENTO. - ILUMINAÇÃO INTERNA TEMPORIZADA EM LED DE ALTA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL, ACIONAMENTO NA ABERTURA DA PORTA OU EXTERNAMENTE DIRETO NO PAINEL COM TEMPO PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO. - PAINEL CONTROLADOR DE FÁCIL ACESSO, COM SISTEMA MICROPROCESSADO PELO DISPLAY EM TOUCH SCREEN 7 POLEGADAS FRONTAL SUPERIOR PROGRAMÁVEL DE 2°C A 6°C COM TEMPERATURA CONTROLADA AUTOMATICAMENTE A 4°C POR SOLUÇÃO DIATÉRMICA, APRESENTANDO SIMULTANEAMENTE A VISUALIZAÇÃO DAS TEMPERATURAS DE MOMENTO, MÁXIMA E MÍNIMA, DESCRIÇÃO DE EVENTOS E NÍVEL DE CARGA DA BATERIA, COM MÍNIMO DE 6 SENSORES PARA LEITURA DE TEMPERATURA INDIVIDUAL, VISUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS DE TEMPERATURA, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTA, ALARMES, FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, ENTRE OUTROS, VISUALIZANDO GRÁFICOS EM TEMPO REAL DAS ÚLTIMAS 8 HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DOS DADOS DE TODA A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS E GRÁFICOS POR SENSOR. ORIFÍCIO LATERAL PARA A INTRODUÇÃO DE SONDAS PARA A</p>	474216	UND	1,00

REALIZAÇÃO DE CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA. ALARME VISUAL E SONORO DOTADO DE BATERIA RECARREGÁVEL PARA REGISTROS DE EVENTOS DE MÁXIMA E MÍNIMA TEMPERATURA, FALTA DE ENERGIA, PORTA ABERTA. - SILENCIADOR DO ALARME SONORO, DE APENAS UM TOQUE. - ACESSO DO USUÁRIO AO AJUSTE DE PARÂMETROS ATRAVÉS DE SENHA DIRETAMENTE NO DISPLAY. - SISTEMA DE REDUNDÂNCIA ELÉTRICO / ELETRÔNICO GARANTINDO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. - SISTEMA DE BATERIA PARA ACIONAMENTO DOS ALARMES NA FALTA DE ENERGIA. - CHAVE GERAL DE ENERGIA Ꞥ LIGA DESLIGA. - ALIMENTAÇÃO 110 VOLTS, 50/60 HZ. - SISTEMA DE SIMULAÇÃO DE ALARME DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA. - REGISTRO NA ANVISA. - PRODUTO COM CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE ISO 13485, FDA. OU CE. - MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS, GARANTIA DE 24 MESES			
Codigo:70856 Cod.SIAFISICO: 6436641 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235			

4.5. Os equipamentos elencados são essenciais para o funcionamento pleno das atividades hospitalares, ambulatoriais e de apoio diagnóstico e terapêutico, permitindo a manutenção de fluxos seguros, humanizados e eficientes. A presente licitação fundamenta-se na necessidade de modernização, ampliação e adequação do parque tecnológico da instituição, de forma a garantir segurança, resolutividade, conformidade com a legislação vigente e a plena assistência à população atendida.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Subcontratação

5.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Sustentabilidade

5.2. Observando os preceitos do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente já inseridos nas descrições dos itens, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

5.2.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976e Decreto nº 8.077, de 2013

5.2.2. O licitante vencedor deverá apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, quando couber;

5.3. Para análise e julgamento da proposta, deverão ser apresentados os documentos abaixo:

5.3.1. Planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo anexo ao Edital, contendo os preços unitários e o valor total atualizados;

5.3.2. Catálogo, Prospecto, ou Informativo nítido do objeto contratado contendo os valores unitário e total dos itens, a marca, o modelo, o código do fabricante, o número do registro válido do item na ANVISA quando aplicável, imagem e descritivo técnico detalhado em língua portuguesa.

5.3.2.1. Estando o Registro ANVISA vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação (Petição 1 e 2), conforme Decreto Federal nº 8.077/2013, acompanhada de cópia do Registro vencido. A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado

Garantia da contratação

5.4. Não haverá a exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com vistas ao não encarecimento da contratação e à ampliação da concorrência. Os bens objeto da contratação são caracterizados como de natureza comum, portanto, em uma avaliação de conveniência e de oportunidade socioeconômica, entende-se que a garantia da contratação pode ensejar o aumento desvantajoso dos valores praticados pelos fornecedores e dificultar a participação de licitantes no processo licitatório, além de que o certame já prevê maneiras suficientes para viabilizar a fiel execução dos termos da contratação e para sancionar os casos de descumprimentos.

6. Levantamento de Mercado

6.1. A análise para definição dos valores referenciais da contratação e definições da pesquisa mercadológica desta contratação foi realizada conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 67.888/2023, em atendimento ao § 1º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõem sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

- 6.2. O valor estimado do item foi estabelecido de acordo com as pesquisas de preços sistematizadas no Sistema Corporativo Benner e realizadas através de contato direto com fornecedores do tipo de produto, busca em sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo, dentre outras bases de dados, como bancos de preços governamentais (PREÇO SP, IBEC, PAINEL DE PREÇO), Siafísico, preços praticados no mercado local, Banco de Preços em Saúde – BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 67.888/2023 e demonstrado na pesquisa de preços encartada em Expediente de Pesquisa anexa.
- 6.3. No levantamento de mercado procurou-se observar a potencial economia de escala, as peculiaridades dos locais de execução do objeto, as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, os prazos e formas de pagamento e questões relacionadas às especificidades técnicas dos itens.
- 6.4. Além do levantamento das alternativas para atendimento da necessidade, foi possível estabelecer valores referenciais para a contratação através da realização de pesquisa de preços, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 67.888/2023, em atendimento à previsão do § 1º, do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nessa ocasião, foram registrados valores praticados pela Administração em contratações similares e os valores enviados pelos fornecedores por meio de cotações atualizadas
- 6.5. Foi realizada consulta para adesão às Atas de Registro de Preços da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do Sistema de Controle de Atas (SISCOA), conforme documentos anexados ao Processo.
- 6.6. Os documentos relativos à pesquisa de preços constam em Processo SEI que seguirá apartado ao Processo principal, com vistas à manutenção do sigilo dos valores estimados e referenciais da contratação.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1. Trata-se de Processo Licitatório para a Aquisição de **EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, com a finalidade de atender às demandas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, relacionadas à continuidade dos serviços médico-hospitalares prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 7.2. A realização da compra pública na modalidade licitatória foi identificada como a melhor solução no presente caso, dadas as características da necessidade interna que se pretende atender, do objeto, dos quantitativos solicitados, dos preços estimados e da realidade do mercado, considerando uma vez mais que os medicamentos são itens padronizados e estocáveis indispensáveis para as atividades desenvolvidas nas unidades hospitalares do HCFAMEMA.
- 7.3. Nesta licitação não será permitida adesão de outros órgãos ou entidades à Ata registrada, conforme possibilita a hipótese do art. 86, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, em face da realidade administrativa desta Entidade e das questões relacionadas ao gerenciamento de todas as suas unidades e departamentos. Entende-se que o acúmulo de decisões pertinentes à adesão de outros órgãos nas Atas geridas pelo HCFAMEMA demandaria uma mobilização técnico-administrativa que pode ser considerada excessiva no atual contexto e em face da realidade administrativa atual desta Entidade, especialmente da área de licitações e contratos. Desta maneira, será possível aperfeiçoar a gestão e o controle das contratações realizadas para a 7.2. A solução envolverá o fornecimento parcelado por meio do sistema de registro de preços do EQUIPAMENTOS DIVERSOS descritos no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1. Tabela da estimativa das quantidades da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	MESA AUXILIAR HOSPITALAR; PARA ATENDIMENTO A BEIRA DO LEITO; EM ACO INOX 304,TUBO DE AÇO INOX 1 POLEGADA X 1/4,TAMPO EPRATELEIRA EM CHAPA DE INOX Nº 20; 4 RODIZIOS 3 POLEGADAS,COM BANDA DE RODAGEM EM POLIURETANO, CARENAGEM METALICA COM PINTURA ELETROSTATICA; ALTURA DO PISO ATE PRATELEIRA 30CM, GRADIL TUBULAR EM INOX COM ALTURA DE 3 CM, NO TAMPO E PRATELEIRA; 40 CM LARGURA X 50 CM COMPRIMENTO 80 CM DE ALTURAAPROXIMADAMENTE	422562	UND	1,00

	<p>Especificação compras: Mesa será usada de apoio na cozinha</p> <p>Codigo:23932 Cod.SIAFISICO: 3349799 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
2	<p>CARRO MACA HOSPITALAR; ESTRUTURA (CHASSI)EM TUBOS DE AÇO RETANGULAR 50 X 30 X 2,0 MM, COM PINTURA EM EPÓXI E REVESTIDA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM SUPORTE HORIZONTAL PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO: (ESTRADO): EM TUBO DE AÇO DE 40 X 20 X 1,5 MM; CAPACIDADE: PARA PACIENTES DE ATÉ 250 KG (CARGA SEGURA). SISTEMA DE ELEVAÇÃO HIDRÁULICO; LEITO COM DORSO RECLINÁVEL (MIN 70°); TRENDELEMBURG/REVERSO TRENDELEMBURG ACIONADO MANUALMENTE POR PISTÃO A GÁS (-12°/+12°);RODAS 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 6", SENDO 2 COM FREIO EM DIAGONAL; COM PARA-CHOQUE DE PVC EM TODA VOLTA; GRADES LATERAIS RETRATEIS (DE ABAIXAR) EM AÇO INOX AISI 304 DE 1" E 1,25 MM DE ESPESSURA; LEITO EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,83 X 0,80 M DIMENSÕES EXTERNAS: 200 X 90 X 100 CM (CXLXA). ALTURA AJUSTÁVEL DE 75 A 100 CM; ACOMPANHA SUPORTE DE SORO EM AÇO INOX, COLCHONETE EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO, DENSIDADE 33; INCLUI: GARANTIA 5 ANOS; SERÃO CONSIDERADOS APENAS EQUIPAMENTOS DE MEDIDAS PADRÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO HOMOLOGADOS PELO INMETRO</p> <p>Codigo:73273 Cod.SIAFISICO: 3934500 UNIDADE SIAFISICO:UN Cod.ND:44905235</p>	428265	UND	11,00
3	<p>TELEVISÃO; SMART TV A CORES FULL HD; CONVERSOR INTEGRADO DTV; TELA PLANA WIDESCREEN; DE 50 POLEGADAS; COM RESOLUCAO DE 1920 X 1080 (FULL HD); COM APROXIMADAMENTE 125,7 CM DE DIAGONAL; FUNCOES ON/OFF, TIMER/SLEEP TIMER, BLOQUEIO DE CANAIS, GUIA DE PROGRAMAS, MENU NA TELA, SOM ESTEREO; COM SENSOR DE LUMINOSIDADE E ARC (AUDIO RETURN CHANNEL); COM 3 ENTRADAS HDMI, 1 ENTRADA VIDEO COMPOSTO TRASEIRA E 1 NA LATERAL, 2 ENTRADAS AUDIO ANALOGICO; 2 ENTRADAS RF, 1 ENTRADA ETHERNET; 2 SAIDAS USB, 1 SAIDA AUDIO/FONE DE OUVIDO, 1 SAIDA AUDIO DIGITAL; COM RECEPCAO PARA 181 CANAIS; SISTEMA DE CORES PAL-M, NTSC E PAL-N; CONTROLE REMOTO PADRAO; VOLTAGEM BIVOLT; CONSUMO APROXIMADO DE 0,3 WATTS EM STAND BY E 140 WATTS EM USO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 115 X 721 X 31 CM (LXAXP) COM BASE; PESANDO NO MAXIMO 18 KG; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES; MANUAL EM PORTUGUES; FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO, 2 PILHAS AAA E PARAFUSOS;</p> <p>Especificação compras: COM FUNÇÃO DE IP FIXO.</p> <p>Codigo:69388 Cod.SIAFISICO: 4148690 Cod.ND:44905234</p>	443965	UND	7,00
4	<p>CAMA HOSPITALAR COM MOVIMENTOS ELÉTRICOS DE: ALTURA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE CABECEIRA, ELEVAÇÃO DO ÂNGULO DE JOELHOS, TRENDELEMBURG E REVERSO TRENDELEMBURG; POSIÇÃO DE CADEIRA EM UM ÚNICO BOTÃO NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; - ESTRUTURA: TUBOS</p>	631450	UND	30,00

CIRCULARES E RETANGULARES DE PRECISÃO EM AÇO CARBONO; - DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL: 2,18 M; LARGURA TOTAL: 1,00 M (COM APROXIMAÇÃO DE +/- 1 %); ALTURA MÍNIMA DA CAMA NÃO SUPERIOR A 40CM;

ALTURA MÁXIMA DA CAMA NÃO INFERIOR A 76CM; COM 4 ATUADORES LINEARES DC;

- CONTROLE BILATERAL DE EMERGÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS DE RCP COM DESCIDA AMORTECIDA; COM 4 RODÍZIOS DE 15 CM; FREIO CENTRAL NAS 4 RODAS UM PEDAL ACIONA O FREIO NAS 4 RODAS SIMULTANEAMENTE; POSIÇÃO DE DIRECIONAMENTO TRAVAMENTO ANGULAR DE UMA DAS RODAS; PAINÉIS DE CABECEIRA E PESEIRA MOLDADAS REMOVÍVEIS E COM TRAVA DE SEGURANÇA; PAINEL DE CABECEIRA COM ALTURA FIXA INDEPENDENTE DO MOVIMENTO DA CAMA PARA EVITAR ACIDENTES E COLISÕES NA PAREDE E NO PAINEL DE GASES; ELEVAÇÃO DE CABECEIRA DA CAMA MÁXIMA, NÃO INFERIOR A 65 °; ELEVAÇÃO DO ENCOSTO COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO ANTI FRICÇÃO E CISALHAMENTO, QUE CRIA UM ESPAÇO DE ACOMODAÇÃO DO PACIENTE, NÃO EMPURRANDO-O EM DIREÇÃO À PESEIRA, COM DUPLO EIXO NA ARTICULAÇÃO DO ESTRADO, SENDO UM DELES DESLIZANTE; ELEVAÇÃO DO JOELHO MÁXIMO, NÃO INFERIOR: 28 °; TRENDELEMBURG NÃO INFERIOR: 17 °; REVERSO DE TRENDELEMBURG: - 17°; COMANDO DE BLOQUEIO DOS MOVIMENTOS ELÉTRICOS INDEPENDENTE PARA CADA MOTOR; CARGA DE TRABALHO SEGURA: MÍNIMO DE 250 KG; PROTETORES ANTI IMPACTO NAS EXTREMIDADES DA CAMA; 4 LOCAIS PARA COLOCAÇÃO DO SUPORTE DE SORO; GANCHOS LATERAIS PARA COLOCAÇÃO DE BOLSAS; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA COM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS EVITANDO O DESLIZAMENTO DO PACIENTE NO LEITO; COMANDO DE ELEVAÇÃO DA CABECEIRA SEM CONTORNO SIMULTÂNEO DOS JOELHOS PARA SAÍDA DO PACIENTE DO LEITO; POSIÇÃO VASCULAR COM AJUSTE MANUAL, COM 4 POSIÇÕES DE ALTURA DO PÉS (DE -3° A -22°); INDICADORES DE ÂNGULOS DE INCLINAÇÃO DE CABECEIRA E TRENDELEMBURG EMBUTIDOS NAS GRADES LATERAIS;

ESTRADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DIVIDIDO EM 4 SECÇÕES, COM PAINÉIS REMOVÍVEIS PARA FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO; COMANDO QUE DESARTICULA TODOS OS MOVIMENTOS DO LEITO PARA A POSIÇÃO PLANA E MAIS BAIXA; ALAVANCA MECÂNICA QUE ABAIXA RAPIDAMENTE A SECÇÃO DA CABECEIRA PARA PROCEDIMENTO DE RCP, EM AMBOS OS LADOS DA CAMA; POSIÇÃO DE CADEIRA CARDÍACA EM UM ÚNICO COMANDO, NA POSIÇÃO MAIS BAIXA; BATERIA DE RESERVA AUTOMÁTICA EM CASOS DE FALTA DE ENERGIA; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 127 / 220 AUTOMÁTICO, GRAU DE PROTEÇÃO NO MÍNIMO IPX4. ACOMPANHA:1 SUPORTE DE SORO COM 4 GANHOS;1 COLCHÃO DE ESPUMA INDEPENDENTE, MULTIDENSIDADE E CORTADA EM CUBOS PARA FLUXO DE AR SOB A SUPERFÍCIE. COBERTURA À PROVA D'ÁGUA COM EXTENSÃO MÚLTIPLA, PERMEÁVEL A VAPOR, COM PROPRIEDADES BACTERIOSTÁTICAS E FUNGOESTÁTICAS , ÁREA DE BAIXA DENSIDADE PARA APOIO AOS CALCANHARES E TORNOZELOS DO PACIENTE. ISENTO DE LATÉX (O COLCHÃO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA PELO MESMO FABRICANTE DA CAMA.)

	Codigo:70933 Cod.SIAFISICO: 4315642 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235			
5	<p>CONJUNTO SERRA CIRÚRGICA DE EXTERNO:CONTENDO 02 (DUAS) PEÇAS DE MÃO CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO CIRÚRGICO AUTOCLAVÁVEL SENDO UMA DE CORTE OSCILANTE (TICO-TICO) E OUTRA DE CORTE SAGITAL AMBAS DE CABO TIPO PISTOLA USADO PARA CORTAR E FAZER ABERTURAS EM TECIDOS ÓSSEOS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 165 MM., LARGURA DE 40 MM. E ALTURA DE 225 MM. E PESO DE 1,55KG COM A BATERIA INCLUSA, SENDO O INSTRUMENTAL ACIONADO POR BATERIA RECARREGÁVEL. A PEÇA DE MÃO DEVE TER DUPLA OPÇÃO DE VELOCIDADES QUE QUANDO CONECTADA À BATERIA OPERAR A 10.000 CPM NO (MODO STD) E 12.000 CPM NO (MODO FAST), COM ARCO DE EXCURSÃO DE 5°, COM ENERGIA DE SAÍDA DE 80 A 120 WATTS. A EXTREMIDADE FRONTAL DESTA SERRA DEVE INCORPORAR UM BOTÃO DE TRAVA DA LÂMINA PARA RETER A LÂMINA. A PEÇA DEVE GIRAR A CABEÇA EM OITO POSIÇÕES, EM INCREMENTOS DE 45 GRAUS, FEITO APÓS SUA INSERÇÃO, PUXANDO-A PARA FORA DA CABEÇA DO ADAPTADOR E GIRANDO-O PARA O ÂNGULO DE CORTE DESEJADO, LIBERANDO EM SEGUIDA, PARA TRAVAR NA POSIÇÃO. O GATILHO NA PORÇÃO FRONTAL DA PEÇA DEVE PERMITIR O CONTROLE DA VELOCIDADE, PELA PRESSÃO DO DEDO DO USUÁRIO E AUMENTO PROGRESSIVO. A VELOCIDADE DEVE VARIAR ENTRE 20% E 100% DA MÁXIMA. MECANISMO DE PARALISAÇÃO QUE DETENHA O EIXO EM CINCO REVOLUÇÕES APÓS O GATILHO SER LIBERADO. O NÍVEL DE RUÍDO É DE 93 DB. CARREGADOR DE BATERIA DE BANCADA INCLUSO QUE CONSISTE EM UM MICROPROCESSADOR CAPAZ DE DECIFRAR AS APLICAÇÕES DO SOFTWARE, TELA DE STATUS E LED/LCD₂S. COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 25 CM DE LARGURA, 20 CM DE PROFUNDIDADE E 10 CM DE ALTURA. O CARREGADOR DEVE TER MÓDULOS QUE ACEITAM BATERIAS DIFERENTES E SE ADAPTAM NA CAVIDADE FRONTAL DO CARREGADOR. O USO DOS MÓDULOS DEVE PERMITIR AO USUÁRIO OPÇÕES DE TROCA DAS BATERIAS EM UM SÓ CARREGADOR. O CARREGADOR DEVE POSSUIR QUATRO CAVIDADES QUE PODEM ACEITAR QUALQUER TIPO DE MÓDULO E CARREGAR SIMULTANEAMENTE AS QUATRO BATERIAS. O SOFTWARE DO CARREGADOR DEVE SER MANTIDO NA PROGRAMAÇÃO EM HARDWARE. TODOS OS SOFTWARES SERÃO A TELA DE INFORMAÇÃO DO STATUS DO CARREGADOR E O VISOR DE LUZES COLORIDAS EM (LED₂S) QUE INFORMAM O SUPRIMENTO DE ENERGIA DE 120 VAC, 60 HZ, 0-80 WATTS. O CARREGADOR DEVE POSSUIR ISOLAMENTO DE CABO DE ENERGIA COM 16-3 AWG, 60DEGC, SJT 2 METROS COM CONECTOR MOLDADO IEC320 E PLUGUE NRMA 5-15P DE PADRÃO HOSPITALAR. ACOMPANHA 6 BATERIAS RECARREGÁVEIS AUTOLAVÁVEIS, 02 CAIXAS PARA ESTERILIZAÇÃO E 10 LAMINAS SAGITAIS CIRURGICAS, 10 LAMINAS RETAS E 5 PROTETORES DE PLEURA. CONTER MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL QUE PODEM COMUNICAR INFORMAÇÃO ESPECÍFICA DA BATERIA PARA O CARREGADOR.</p> <p>Codigo:70796 Cod.SIAFISICO: 4541120 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	485901	UND	1,00
6	CADEIRA DE RODAS; EM ACO, COM PINTURA EPOXI, ARO DE PROPULSAO RAIADO E CROMADO; PARA ADULTO, CAPACIDADE: PACIENTES DE ATÉ 250	408764	UND	6,00

	<p>KG; TIPO MONOBLOCO, PNEUS MACICO; RODAS DIANTEIRA DE NO MÍNIMO 6 POLEGADA, C/BANDA DE RODAGEM CONDUTIVA EM POLIURETANO, PNEUS MACICOS; FREIO BILATERAL; COM APOIOS DE ANTE-BRACO ESCAMOTEAVEL; COM APOIOS PARA OS PES REMOVÍVEL, LARGURA INTERNA DO ASSENTO DE NO MÍNIMO 80 CM; LARGUMA MAXIMA EXTERNA DA CADEIRA DE 103 CM, ASSENTO ALMOFADADO COM ESPUMA EM COURVIM, REFORCADO C /FITAS TENSORAS ESPECIAIS; ENCOSTO COURVIM REFORCADO, ARGOLÃO EM AÇO PINTADO (PRATA COM VERNIZ), GARANTIA MINIMA DE 36 MESES;</p> <p>Codigo:60724 Cod.SIAFISICO: 4676319 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
7	<p>CICLOERGOMETRO; AUTOMÁTICO ATIVO, PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES; TRANSPORTÁVEL: CAPACIDADE DE CARGA: 150 KG; CARENAGEM EM ABS INJETADO, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES APROXIMADAS (AXLXC) 41CMX41CMX22CM; PEDAIS EM PLÁSTICOS EMBORRACHADOS COM ALCA, PES DE VELA EM FERRO FUNDIDO E PINTURA ELETROSTÁTICA; AJUSTES: BIDIRECIONAL. ESTABILIDADE AJUSTÁVEL. PESO APROXIMADO 10KG; DISPLAY DIGITAL INDICA FORCA MUSCULAR, VELOCIDADE, TEMPO DE EXERCÍCIO, DISTANCIA, PERDA DE CALORIAS; INCLUI: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E MANUAL DE INSTRUÇÕES;</p> <p>Codigo:55815 Cod.SIAFISICO: 4786009 UNIDADE SIAFISICO:01 - UNIDADE Cod.ND:44905235</p>	273263	UND	12,00
8	<p>DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS; COM INDICADOR(ES) SONORO, TELA DE LCD 3,5 POLEGADAS SENSIVEL AO TOQUE E APRESENTACAO DOS BATIMENTOS EM FORMA NUMERICA; COM CONTROLE (S) FILTRO CONTRA RUIDOS, SENSIB A PARTIR 9ª SEMANA DEGEST. E MEMORIA DE ARMAZENAMENTO DE EXAMES; ESCALA DE 50 A 240 BPM, ARMAZENAMENTO DE EXAMES QUE PODEM SER POSTERIORMENTE IMPRESSOS E SALVOS EM COMPUTADOR; ACOMPANHA: TRANSDUTOR A PROVA D'AGUA (IPX 7), FREQUENCIA DE 2,4 GHZ.; ALIMENTACAO: 100-240V 50 /60 HZ, COM BATERIA RECARREGAVEL.; DIMENSOES: 200 (L) X 195 (A) X 125 (C) MM; INCLUI: MANUAL TECNICO; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;</p> <p>Codigo:61192 Cod.SIAFISICO: 4823168 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	433856	UND	8,00
9	<p>BERÇO HOSPITALAR ELÉTRICO - CHASSI: CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA DE TUBOS DE AÇO CARBONO QUADRADO 40 MM X 40 MM X 2,0 MM E TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 60 MM X 40 MM X 2,0 MM COM CHAPAS DE 1/4" DE ESPESSURA. ESTRADO: CONSTRUÍDO EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 40 MM X 20 MM X 2,0 MM COM TRAVESSAS COMO REFORÇO ESTRUTURAL DO ESTRADO PARA RECEBER OS MOVIMENTOS DE DORSO E PERNAS. LEITO: ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO RETANGULAR 30 MM X 20 MM X 1,2MM COM CHAPAS DE 3,0MM. LEITO EM TERMOPLÁSTICO REMOVÍVEL. CABECEIRA E PESEIRA : ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. INTERIOR EM ACRÍLICO COM ADESIVO PARA PROTEÇÃO. REALIZA MOVIMENTO DE SUBIDA E DESCIDA, COM TRAVA. GRADES LATERAIS: DOIS</p>	621133	UND	13,00

	<p>PARES DE GRADES EM CADA LADO. AS GRADES LATERAIS, COMPOSTAS POR POLÍMERO DE ALTA DENSIDADE, TENDO ACRÍLICO EM CADA GRADE PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO DO PACIENTE. AO SEREM BAIXADAS, NÃO OCUPAM ESPAÇO E SÃO MAIS ELEVADAS NA PARTE INTERNA DO QUE. POSSUIR SISTEMA DE AMORTECIMENTO QUE GARANTE UM MOVIMENTO SUAVE E SEGURO E MECANISMO DE TRAVA E DESTRAVAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO PACIENTE. MOVIMENTOS: MOVIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DE SISTEMA MECÂNICO TELESCÓPICO QUE CONDUZ O MOVIMENTO LINEAR VERTICAL DOS MOTORES QUE REALIZAM A ELEVAÇÃO DA CAMA. MOVIMENTOS DA CAMA REALIZADOS UTILIZANDO 4 MOTORES E UM SISTEMA AJUSTÁVEL COM SEIS POSIÇÕES. ELEVAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS COLUNAS . TENSÃO DE TRABALHO: 100V A 240V FREQUÊNCIA: 50/60HZ CORRENTE MÁXIMA 3,15 A. RODAS : RODAS DE 6" DE DIÂMETRO COM ESTRUTURA EM TERMOPLÁSTICO. A BANDAGEM DAS RODAS DEVE SER APROPRIADAS PARA APLICAÇÃO HOSPITALAR, DESEMPENHANDO PROTEÇÃO AO PISO COM BAIXO RUÍDO NO DESLOCAMENTO E EXCELENTE CAPACIDADE DE CARGA. FREIOS: PRODUTO DEVERÁ SER DOTADO COM SISTEMA DE FREIOS INDIVIDUAIS NAS QUATRO RODAS ACIONADOS ATRAVÉS DE PEDAL COM A FUNÇÃO DE TRAVA ESTACIONÁRIA DE ROTAÇÃO E TRANSLAÇÃO. PINTURA: TODA A ESTRUTURA DE AÇO CARBONO DEVERÁ PASSAR POR TRATAMENTO QUÍMICO ANTI-FERRUGEM E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ. DIMENSÕES: INTERNA: 1,35 X 0,70M (C X L), EXTERNA: 1,62 X 0,91M (C X L), ALTURA: 0,84 X 1,04M (MÍNIMA E MÁXIMA) CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 180 KG / PESO MÁXIMO DO PACIENTE: 150 KG. AMVISA, INMETRO - ABNT NBR IEC 60601-52, ISO 9001:2015, ISO 13485:2016, TEST SALT SPRY 1.500 HORAS EM LABORATORIO ACREDITADO PELO INMETRO. ASSISTENCIA TECNICA E GARANTIA DE 12 MESES</p> <p>Codigo:71425 Cod.SIAFISICO: 5217873 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
10	<p>ESPECIFICAÇÕES GERAIS</p> <p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM PACIENTES NEONATAIS, PEDIÁTRICOS E ADULTOS, COM TELA DE LCD E CAPACIDADE DE CONECTIVIDADE COM EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO PULMONAR E MONITORES DE DÉBITO CARDÍACO. DEVERÁ POSSUIR INTERFACE COM PROTOCOLO HL7, PARA ACESSO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALAR (HIS), E POSSUIR OS PARÂMETROS FISIOLÓGICOS RELACIONADOS ABAIXO:</p> <p>ELETROCARDIOGRAMA(ECG);</p> <p>PRESSÃO NÃO INVASIVA(PNI);</p> <p>OXIMETRIA DE PULSO(SPO2);</p> <p>RESPIRAÇÃO(Resp);</p> <p>TEMPERATURA(TEMP);</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR NO CAMPO TEXTO</p>	456628	UND	3,00

Especificação compras: Especificação Técnica (características mínimas do monitor principal)

Tela de LCD de 15,6" colorida touch screen de alta resolução (1366x768)

Permitir apoio em estativa, aparelho de anestesia e suporte específico para fixação em parede;

Possuir alça ou cavidade para transporte manual;

Exibição simultânea mínima de 15 curvas selecionáveis e os respectivos valores numéricos, permitindo selecioná-las dentre todos os parâmetros em pleno funcionamento, inclusive os módulos extras;

Possibilidade de utilização dos seguintes parâmetros em módulos dedicados a cada parâmetro, ou em conexões pré-configuradas ao equipamento, ou ainda em sistema de cabos que ao se conectarem ao monitor exibam os parâmetros: Avançados (configuração opcional): Pressão Invasiva, Dupla Oximetria, Débito Cardíaco por: Swan-Ganz, ProAQT e PICCO, Débito Cardíaco Contínuo Não-Invasivo, Capnografia (mainstream), BIS, Agentes Anestésicos (sidestream), TNM/TOF, EEG de pelo menos 4 canais, a EEG.

Permitir conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, afim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.

Acompanhar módulos e/ ou conexões para os parâmetros: BIS, TOF, Débito Cardíaco por Swan-Ganz, 3 Canais de PAI, Capnografia e Dupla Oximetria.

Comunicação "leito a leito" de no mínimo 12 monitores com possibilidade de visualização dos parâmetros em qualquer monitor ou entre centrais de monitorização;

Menus para configuração e controle dos parâmetros, navegáveis através de tela sensível ao toque;

Possuir até 15 botões configuráveis de acesso rápido na tela principal, para visualização de parâmetros ou execução de funções;

Armazenamento de tendências gráficas e tabulares de todos os parâmetros por no mínimo 72 horas ou 7 dias através da central de monitorização;

Monitorização de cálculos hemodinâmicos e ventilatórios;

Apresentar cursor vertical e/ou horizontal para ser colocado em curvas na medida de pressão de oclusão da artéria pulmonar (capilar) com congelamento da tela e cursor de varredura para medição exata do capilar pulmonar, ou apresentação da pressão de pulso variável (PPV), quando estiver usando o parâmetro de pressão invasiva;

Possuir possibilidade futura (já homologada), de controle remoto para operação do equipamento fora do leito (em casos de leitos de isolamento ou restrição de contato), alheio a central de monitorização.

Capacidade de atualização de software sem a necessidade de substituição de hardware;

Conexão para central de monitorização;

Permite conexão com pelo menos 3 módulos (ou semelhante) simultâneos direto no gabinete do equipamento, afim de utilizar do recurso de intercâmbio de entre os monitores.

Capacidade de integração ao Sistema de Informações Hospitalar (HIS) e conectividade com outros equipamentos, conforme o item „Integração e Conectividade” deste memorial;

Especificação Técnica (características mínimas do monitor de transporte acoplável (Possibilidade Futura))

Capacidade futura para uso de módulo que funcione tal qual um monitor de transporte, e que possa ser utilizado como um monitor beira de leito ou como uma unidade multiparâmetros do monitor principal objeto deste descritivo.

O módulo/monitor de transporte deverá ser acoplável diretamente ao corpo principal do monitor beira leito deste item, não sendo permitidos cabos de interconexão. O módulo/monitor de transporte deverá ser conectado ao equipamento principal de forma que possa ser facilmente desafixado e usado para transporte

O módulo/monitor de transporte deverá transmitir os dados de forma bidirecional ao monitor principal ao ser conectado

O módulo/monitor de transporte deverá monitorar e já possuir as entradas de no mínimo os seguintes parâmetros: ECG (até 12 derivações), SpO2, PNI, PAI (2 Canais), EtCO2, Temperatura (2 Canais)

Possuir tela integrada de no mínimo 5.7 polegadas com controles e ajustes através de tela sensível ao toque.

Deve possuir alça de transporte e alça para maca.

Operação por bateria interna de acesso fácil com autonomia mínima de 05 horas.

Deve conter base de carregamento de bateria por fonte interna bivolt automática, que permita o carregamento fora do monitor principal.

Deve possibilitar durante o transporte monitorização de no mínimo 8 curvas com valores numéricos para pacientes de alta complexidade em centros cirúrgicos e nas internações em unidades de terapia intensiva adulto, pediátrica e neonatais.

Deve transferir os dados automaticamente para o monitor beira leito e todas as informações do paciente.

Deve Armazenar 24 horas de todas as curvas e parâmetros.

Dados do monitor em geral:

Alarme audiovisual com no mínimo 02 (duas) prioridades ajustáveis pelo usuário : máximo e mínimo, para todos os parâmetros;

Sistema de alarme visual e sonoro com possibilidade de silenciamento provisório;

Alarme para informar status da bateria;

Capacidade de eletrocardiograma de 12 derivações de maneira simultânea;

Pelo menos 01(uma) saída devídeo VGA ou DVI para conexão com monitor-escravo que permita a reprodução da tela de monitorização do monitor multiparâmetro com dados configurados .

Possibilidade de tela secundária touchscreen, totalmente funcional, com layouts personalizáveis independentes do monitor principal

Alimentação elétrica: 110/220V bivolt automático, 60Hz, com cabo padrão NBR 14136, plugue de 10 A e comprimento mínimo de 02 (dois) metros;

Possuir alça ou cavidade para transporte manual;

Bateria recarregável interna com autonomia mínima de 02 horas para os parâmetros solicitados em pleno uso.

Características dos Parâmetros Fisiológicos e Configuração/Exibição nos Monitores

Eletrocardiograma (ECG)

Faixa mínima de frequência cardíaca: 15 a 300 BPM;

Precisão: ± 2 bpm ou $\pm 1\%$, o que for maior;

Velocidade de traçado: 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s;

Mínimo três níveis de ganho de amplitude;

Seleção de até 07 (sete) derivações pelo usuário, através de cabo de ECG de cinco vias (DI, DII, DIII, aVL, aVF, aVR e V1), sendo apresentadas simultaneamente na tela pelo menos 03 (três) delas ou 12 derivações com cabo de 10 vias.

Detecção automática de desconexão de derivação;

Detecção de pulso de marca-passo;

Análise de seguimento ST, no mínimo em 03 (três) derivações simultâneas;

Mapa de ST, exibindo de forma visual os eixos e posições de cada complexo ST;

Análise de arritmia: assistolia, fibrilação ventricular, taquicardia ventricular, bigemia, extrassístole, bradicardia e fibrilação atrial;

Proteção contra descarga de desfibrilador e interferência de RF de gerador eletrocirúrgico (bisturi elétrico).

Pressão Não Invasiva (PNI)

Faixa de medição mínima: 10 a 270 mmHg;

Precisão: ± 5 mmHg;

Permitir medidas em pacientes neonato, pediátrico, e adulto e obeso;

Acionamento manual ou automático da medida, programável na faixa mínima de 02 (dois) a 60 (sessenta) minutos e contínua (STAT);

Possuir função de auxílio a punção venosa disponível no equipamento;

Medida das pressões sistólica, diastólica e média por método oscilométrico.

Oximetria de Pulso (SpO2)

Faixa de medição mínima: 1% a 100%;

Erro máximo (SPO2): 2% de 80% a 100% e 3% de 70% a 80%

Resolução: 1%;

Apresentar frequência de pulso de 30 a 300bpm;

Alarmes de sensor desconectado ou saturação zero e saturação de oxigênio mínima e máxima;

Apresentar curva plestismográfica e valor em porcentagem da saturação arterial de oxigênio;

Permitir captação de saturação em neonato;

Apresentar indicador numérico de perfusão.

Tecnologia de baixa perfusão tipo: Nellcor/Masimo/Blue Pro/Fast SPO2/GE TruSignal;

Permitir mensuração de 2 (dois) canais independentes de Oximetria simultaneamente.

Respiração (RESP)

Faixa de medição: 1 a 150 RPM;

Precisão: ± 2 RPM ou 2%, o que for maior;

Resolução: 1 RPM;

Aquisição da frequência respiratória através da tecnologia de impedância transtorácica ou EtCO2.

Temperatura (TEMP)

Faixa de medição: 1°C a 45°C;

Precisão: $\pm 0,1$ °C de 25 a 45°C e 0,2°C de 025°C;

Resolução da medida: 0,1°C;

Permitir medidas esofágico, retal e por contato de superfície;

Permitir a visualização de 03 (três) temperaturas independentes.

Pressão Invasiva (IBP)

Faixa de medição de pressão: - 40 a 300 mmHg;

Entrada compatível com cabo e transdutor de pressão Edwards Lifesciences;

Escalas: manual e automática;

Precisão: $\pm 4\%$ ou $\pm 4\text{mmHg}$;

Ajuste de alarmes mínimo e máximo;

Permitir a visualização de 04 (quatro) pressões independentes.

Possibilidade futura de mensurar até 7 canais de pressão invasiva independentes.

Medição de VPP ou VPS.

Capnografia (EtCO₂)

Apresentar curva de capnografia em tempo real;

Apresentar os valores de EtCO₂ e frequência respiratória;

Faixa de medição de capnografia de 0 a 100 mmHg;

Faixa de frequência respiratória de 3 a 150 rpm;

Precisão da medição do CO₂ : $\pm 3\text{mmHg}$ (de 0 a 10 mmHg) $\pm 7\%$ de leitura (de 40 a 100 mmHg) (Quando não há condensação);

Sensor de CO₂ com adaptador para vias aéreas;

Compensação de N₂O e FiO₂;

Deteção de apneia com tempo programável;

Ajuste de alarmes mínimo e máximo;

Medidas efetuadas pela tecnologia Mainstream.

Débito Cardíaco

Método de mensuração por termodiluição (Swan-Ganz);

Exibição e mensuração no mínimo de: DC, IC e VS

Faixa de medição da temperatura do injetado no mínimo de 0 a 27°C;

Faixa de medição de temperatura do sangue no mínimo de 15 a 45°C;

Faixa de medição de curva de termodiluição no mínimo de 0 a 2.5°C;

Faixa de medição de débito cardíaco mínimo de 0,5 a 20L/min.

DÉBITO CARDÍACO NÃO INVASIVO

Parâmetros medidos: CCO, CCI, SV, SVI, SVR, SVRI (Para calcular CCI, SVI e SVRI, as informações do paciente (BSA) são requeridas. Para calcular SVR e SVRI, ART e CVP a medição é requerida);

Faixa de medição:

	<p>CCO: 0.5 a 20.00 L/min, passos de 0.01 L/min</p> <p>CCI: 0.5 a 20.00 L/min/m2, passos de 0.01 L/min/m2</p> <p>SV: 0 a 300 mL, passos de 1 MI</p> <p>SVI: 0 a 200 mL/m2, passos de 1 ml_/m2</p> <p>Possibilidade de inclusão do gráfico hemodinâmico com visualização do esquema da curva de Frank-Starling, permite exibição de tendências para gerenciamento de terapia intensiva.</p> <p>Acessórios para cada monitor:</p> <p>01 Suporte de fixação em parede, articulável, com altura regulável, sistema de fixação do monitor ao suporte com ajuste do ângulo de visualização e base de fixação com furos;</p> <p>1 Cabo de alimentação para rede elétrica (tipo 2P+T) segundo padrões ABNT;</p> <p>1Cabo de ECG de 5 vias ou 6 vias (incluindo pré-cabo);1 Sensor de oximetria de pulso reutilizável adulto/pediátrico (incluindo pré-cabo);1 Conjunto completo sidestream ou microstream, composto de 10 armadilhas de água, 02 conector vias aéreas,02 cânulas de amostragem ou cabo de capnografia maistream adulto a neonatal,Conjunto Debito Cardíaco Contínuo não invasivo, 02 Mangueira de PNI adulto;Manguito:02 adulto;02 obeso;02 adulto grande;Sensor de temperatura cutâneo; Bateria; Todos os recursos solicitados no descritivo Técnico deverão constar no Manual do Equipamento.Estar em linha de produção ativa.</p> <p>Codigo:66973 Cod.SIAFISICO: 5623170 UNIDADE SIAFISICO:01 Cod.ND:44905235</p>			
11	<p>BALCAO TERMICO; PARA USO SOBRE PISO, COM RODIZIOS COM TRAVAS; COM CAPACIDADE PARA ATE 6 CUBAS GN 1/1 (AQUECIDA), COM TAMPA E ALCA; CUBA EM ACO INOX AISI 304; COM ESPESSURA MININA DE 10MM (CHAPA 22), TANQUE MINIMO 25 CM DEPROFUNDIDADE; ESTRUTURA EM ACO INOX AISI-430 FORMA DE COLUNA TUBULAR DE 1.1/2",CORTE LASER, SOLDA INOX S/ REBARBA OU CANTO VI; MEDINDO NO MINIMO (2200X700X900)CM (C X P X A); COM CORRE BANDEJA AMBOS OS LADOS, EM TUBO DE ACO INOX, COM 1" DE DIAMETRO,SUPORTE TIPO MAO FRANCESA; PROTECAO SALIVAR EM VIDRO CURVO TEMPERADO 6MM, COM LAMPADA FLUORESCENTE; COM GABINETE DE FECHAMENTO FRONTAL E LATERAIS; PARA AQUECIMENTO DE ALIMENTO POR RESISTENCIA SECA; FORNECIDO COM TERMOSTATO ELETROMECANICO, REGULAGEM MANUAL, AQUECIMENTO MIN 60°C; TENSAO DE ALIMENTACAO 220V BIFASICA , POTENCIA 3000W; CONTEM LAMPADA PILOTO INDICANDO A FUNCAO LIGA E DESLIGA; CABO PP 36MM2; PLUGUE INDUSTRIAL 2P+T; COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO; ASSISTENCIA TECNICA NO SISTEMA ON SITE; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE;</p> <p>Codigo:70446 Cod.SIAFISICO: 6035892 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	611972	UND	1,00
12		339886	UND	4,00

	<p>CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL; EM FIBERGLASS DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; 02 GABINETES DE 02 PORTAS E FECHADURAS,TAMPO SUPERIOR COM ALCAS INTEGRADAS E 02 PRATELEIRAS INTERNAS; COMPRIMENTO: 1.200 MM X PROFUNDIDADE: 595 MM X ALTURA: 920 MM. PUXADORES 1.385 MM; 04 RODIZIOS BANDA DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO ALTA RESISTENCIA,NUCLEO DE POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO; GEL COAT ISOFTALICO; TRANSPORTE DOS MAIS VARIADOS TIPOS: ROUPAS, CAIXAS, MATERIAIS DIVERSOS, INSTRUMENTAIS, ENTRE OUTROS</p> <p>Codigo:66114 Cod.SIAFISICO: 6175147 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
13	<p>EQUIPAMENTO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA AGUA; FILTRO CENTRAL; FABRICADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 304; PARA INSTALACAO EM PONTO DE ENTRADA; PARA AGUA TRATADA; COM RETENCAO DE PARTICULAS; RETENCAO DE CLORO LIVRE; ELEMENTO FILTRANTE COM QUARTZO E CARVAO ATIVADO; VAZAO DE 1000 LITROS POR HORA; PRESSAO MAXIMA DE 3,0KGF/CM2; PRESSAO MINIMA DE 1,0KGF/CM2; VIDA UTIL MINIMA DO ELEMENTO FILTRANTE DE 12 MESES; CONEXAO ENTRADA E SAIDA DE 3/4"; CONFORME NORMAS NBR / ABNT VIGENTES; COM CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES;</p> <p>Codigo:67744 Cod.SIAFISICO: 6233732 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	441932	UND	1,00
14	<p>FOGAO INDUSTRIAL; MODELO DE CENTRO, BAIXA PRESSAO; PARA USO SOBRE PISO, COM PES SEM EMENDAS; COM ESTRUTURA EM ACO INOXIDAVEL AISI-304, LIGA 18.8, COM TAMPO SUPERIOR EM ACO INOXIDAVEL; ALIMENTACAO GLP (GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO); COM 6 (SEIS) QUEIMADORES DUPLOS; DO TIPO COROA E CACHIMBO; QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, MEDINDO 180MM (COROA) E 85MM (CACHIMBO); ACENDIMENTO COM 2 TORNEIRAS DE CONTROLE, COM LIMITES INTRANSPONIVEIS NAS POSICOES ABERTO E FECHADO; GRELHAS EM FERRO FUNDIDO, REMOVIVEIS, COM IDENTIFICACAO DE INTENSIDADE DAS CHAMAS; MEDINDO (500 X 500)MM, ESPASSADAS ENTRE SI; BANDEJA COLETORA EM ACO INOXIDAVEL, COM PUXADORESDESENVOLVIDOS NA PROPRIA PECA; PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA EM ACO INOXIDAVEL AISI 304 LIGA 18.8; EQUIPAMENTO DESMONTAVEL (BANDEJAS, GRELHA, QUEIMADORES), PARA FACILITAR TRANSPORTE E LIMPEZA; AS TORNEIRAS DE CONTROLE DEVEM ESTAR EM 2 LADOS OPOSTOS, FIXADAS EM TUBO DE ALIMENTACAO (GAMBIARRA); SEM FORNO; EQUIPAMENTO E COMPONENTES NAO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, ARESTAS OU ELEMENTO CORTANTE; DIMENSOES APROXIMADAS (80X200X150)CM (ALT.X LARG.X PROF.); COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, ASSISTENCIA TECNICA SISTEMA ON-SITE; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES OBRIGATORIAS ABNT NBR-10148 /2011 E ATUALIZACOES POSTERIOR;</p> <p>Codigo:70441 Cod.SIAFISICO: 6272860 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905234</p>	331195	UND	4,00

15	<p>DESFIBRILADOR; MICROPROCESSADO, COM MARCAPASSO, SPO2, ETCO2, IPX4, ONDA BIFASICA, GABINETE POLIMERO DE ALTA RESIST.; CARGA 2 A 200J, AJUSTE CARGA DEVE ATENDER PROTOC. DESFIBRILACAO INTERNA E EXTERNA ADULTO E PEDIATRICO; DESCARGA AUTOMATICA DE ENERGIA, APOS, MAX.60 SEGUNDOS DE CARGA SEM DISPARO,TEMPO DE RECARGA MAX.6S P/200J; SINCRONISMO PARA CARDIOVERSAO COM CONTROLE DEDICADO,AUTOTESTE,ANALISE IMPEDANCIA,DESFIB.MANUAL E DEA, ANULAR CARGA MANUALMENTE; JOGOS DE ELETRODOS 5 PARES ELETRODOS DESCART.P/ESTIMULACAO EXT, JOGO DE PAS EXTERNAS, AD. E PED,INDICA IMPED.CONTATO; MONITOR LCD COLOR, 6POL, APRESENTA SIMULT 3 CURVAS,BOTAO SEL.CARGA,MONITORACAO SPO2 E ETCO2 NO PROPRIO EQUIP; ALARMES: AUDIOVISUAL AJUSTAVEL PARA ALTA E BAIXA SPO2, PARA CARGA DE BATERIA BAIXA, VALOR MAXIMO CAPNOGRAFIA; SEGURANCA ATEND. NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-4, NBR IEC 60601-1-2, NBR IEC 60601-2-49; MARCAPASSO DE DEMANDA, INCORP. AO EQUIP., ESTIM. TRANSC., AJUSTE FREQ:40 A 160 P/M,AJUSTE CORRENTE:30 A 140 MA; ECG 3 DERIV C/PROT CONTRA DESFIB, ANALISE ECG E ACONSELHAMENTO CHOQUE, MARC.EVENTOS PRE E POS CHOQUE; ALIMENTACAO: SELECAO AUTOMATICA ENTRE 100 E 230 VOLTS - 60 HERTZ. BATERIA INTERNA, SELADA, RECARREGAVEL; ACOMPANHA: CABO FORCA, CABO ECG 3 VIAS, CABO P /ELETRODO ADESIVO DESCART., TUBO DE GEL,SENSOR P/SPO2,SENSOR CAPN; INCLUI: MANUAL OPERACIONAL EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA 12 MESES, INSTALACAO E TREINAMENTO;</p> <p>Codigo:70066 Cod.SIAFISICO: 6315674 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	616823	UND	5,00
16	<p>ELETROENCEFALOGRAFO; DIGITAL, PARA DIAGNOSTICO DE ATIVIDADE CEREBRAL; DE 25 CANAIS, CONVERSOR A/D 16 BITS, COM FOTOESTIMULADOR MICROPROCESSADO; SENSIBILIDADE (GANHO) PRE AMPLIFICADOR DE SINAIS PARA APRESENTACAO GRAFICA DAS CURVAS DE EEG; FILTROS PARA ELIMINAR RUIDOS/INTERFERENCIAS NOS TRACADOS EEG; SOFTWARE ANALISE DE TRACADO ELETROGRAFICO, MAPEAMENTO CEREBRAL, EMISSAO DE LAUDO, BACKUP DE ARQUIVO; CALIBRACAO AUTOMATICA; IDENTIFICAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA,CONEXÃO POR PORTA USB, ATENDIMENTO AS NORMAS ABNT NBR IEC 60601-1, 60601-1-2, 60601-2-26; PROCESSAMENTO EM MICROCOMPUTADOR, HD MINIMO 1TB, CONEXAO ETHERNET,MINIMO 8GB DE MEMORIA RAM, PORTA USB, TECLADO, MOUSE; MONITOR LCD 17" COLORIDO; ACOMPANHA: CABECOTE, CABO PACIENTE, RACK P/TRANSPORTE DE TODO SISTEMA; ACOMPANHA 4 PARES ELETRODOS REFERENCIA, 4 ELETRODO TERRA, 4 JOGOS DE 24 ELETRODOS DE CAPTACAO; ALIMENTACAO: 127/220 V - 60 HZ COM NOBREAK ESTABILIZADO; INCLUI: GARANTIA 24 MESES, MANUAL DE USUARIO, TREINAMENTO E INSTALACAO;</p> <p>Codigo:72004 Cod.SIAFISICO: 6351425 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>	615517	UND	2,00
17	<p>VIDEOLARINGOSCOPIO OPTICO; PORTATIL , TELA INTEGRADA, OPERACAO COM BOTAO UNICO, PERMITE VISAO DIRETA E INDIRETA; MONITOR CMOS; CAMERA ACOPLADA, TELA EM LED COM DISPLAY COLORIDO,LAMPADA LED</p>	633677	UND	7,00

	<p>DE ALTA INTENSIDADE; PARA TODOS OS TIPOS DE INTUBACAO INCLUSIVE VIA AEREA DIFICIL; ESTERILIZAVEL COM PEROXIDO DE HIDROGENIO OU DESINFECCAO POR IMERSAO DE ALTO NIVEL; LAMINAS TAMANHO ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAL, REPROCESSAVEIS; ACOMPANHA BATERIA OU PILHAS; ALIMENTACAO POR BATERIA OU PILHAS; GARANTIA DE NO MINIMO 24 MESES, MANUAL TÉCNICO</p> <p>Especificação compras: Vídeo laringoscópio portátil, eletrônico com câmera de vídeo com imagens coloridas;</p> <p>dotado de cabo anatômico com estrutura reforçada e esterilizável com peróxido de hidrogênio ou desinfecção por imersão de alto nível e em baixa temperatura;</p> <p>Equipamento leve e de fácil manuseio e operação; equipado com fonte de luz de alta intensidade; Monitor de vídeo tipo LED ou LCD, imagens a cores, tamanho de no mínimo 3 polegadas; resolução de 640 x 480 (rgb); Ângulo de visão maior que 60°, inclinação mínima de 0 ~110°; rotação mínima de 0 ~250°, iluminância maior que 150 lux;</p> <p>Câmera com resolução de até 1280x720 pixels</p> <p>Dotado de dispositivo ou botão(ões) para facilitar a operação e uso; Deve ser capaz de gravar e fotografar, a escolha do usuário, o processo de intubação para fins de documentação e memória interna ou cartão de memória de no mínimo 8GB para armazenagem. Produto deve ser livre de látex. Alimentação através de bateria recarregável de lítio e com duração maior que 140 minutos.</p> <p>Porta USB para conexão em PC e possibilidade de transferência de imagens e Display com possibilidade de intercâmbio com outros dispositivos de intubação, tais como flexíveis.</p> <p>Acessórios que acompanham o equipamento:</p> <p>01 kit de lâminas reutilizáveis tamanhos neonatal, pediátrico, adulto, adulto grande e hiperangulada;</p> <p>01 (uma) maleta para transporte e acondicionamento do equipamento;</p> <p>Todos os cabos, conectores e adaptadores necessários ao pleno funcionamento e conservação solicitados para o equipamento</p> <p>Acompanha 100 laminas descartáveis</p> <p>Codigo:71318 Cod.SIAFISICO: 6433995 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
18		386592	UND	1,00

	<p>FREEZER HOSPITALAR; CAPACIDADE 500 LITROS, SISTEMA DE REFRIGERACAO SEM USO DE CFC; VERTICAL, MICROPROCESSADO; ACABAMENTO EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTATICA A PO; CAMARA INTERNA EM MATERIAL NAO FERROSO, COM 4 GAVETAS/PRATELEIRAS REMOVIVEIS; PORTA COM FECHAMENTO MAGNETICO E CHAVE DE SEGURANCA; CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL ATE -30 GRAUS CELSIUS, PAINEL FRONTAL COMINDICACAO DA TEMPERATURA E ALIMENTACAO; ILUMINACAO INTERNA, RODIZIOS COM FREIOS; ALARME SONORO E VISUAL PARA OSCILACAO DE TEMPERATURA, PORTA ABERTA E INTERRUPCAO DE ALIMENTACAO ELETRICA; SOFTWARE E INTERFACE PARA COMUNICACAO COM COMPUTADOR PARA ENVIO DOS DADOS DE TEMPO E TEMPERATURA; 220V - 60 HZ;</p> <p>Codigo:70857 Cod.SIAFISICO: 6436544 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235</p>			
19	<p>EQUIPAMENTO VERTICAL, DE FORMATO EXTERNO E INTERNO RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A GUARDA CIENTÍFICA E OU ARMAZENAMENTO DE BOLSAS DE SANGUE ENTRE 300 E 360 BOLSAS DE 500ML. - CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 500 LITROS ÚTEIS. - REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO, SELADO, DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO FORÇADO DE AR INTERNO, GARANTINDO UMA MAIOR HOMOGENEIDADE NA TEMPERATURA INTERNA. 2 DIFUSOR DE AR INDIVIDUAL POR GAVETA GARANTINDO A PERFEITA HOMOGENEIDADE DE TEMPERATURA DENTRO DA CÂMARA E RÁPIDA RETOMADA DO FRIO EM CASO DE ABERTURA DE PORTA. DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO SEM TRABALHO ADICIONAL. - CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL PARA LONGA VIDA ÚTIL E PERFEITA ASSEPSIA. - SEIS GAVETAS DESLIZANTES COM TRILHOS TELESÓPICOS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA SEU TOTAL DESLOCAMENTO DO INTERIOR DA CÂMARA, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL. - PORTA DE VIDRO TRIPLO TIPO NO FOG POR ACESSO VERTICAL. - ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO DE 75 MM NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO EXPANDIDO LIVRE DE CFC. - EQUIPADO COM 4 RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO NA PARTE FRONTAL PARA FÁCIL TRAVAMENTO. - ILUMINAÇÃO INTERNA TEMPORIZADA EM LED DE ALTA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL, ACIONAMENTO NA ABERTURA DA PORTA OU EXTERNAMENTE DIRETO NO PAINEL COM TEMPO PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO. - PAINEL CONTROLADOR DE FÁCIL ACESSO, COM SISTEMA MICROPROCESSADO PELO DISPLAY EM TOUCH SCREEN 7 POLEGADAS FRONTAL SUPERIOR PROGRAMÁVEL DE 2°C A 6°C COM TEMPERATURA CONTROLADA AUTOMATICAMENTE A 4°C POR SOLUÇÃO DIATÉRMICA, APRESENTANDO SIMULTANEAMENTE A VISUALIZAÇÃO DAS TEMPERATURAS DE MOMENTO, MÁXIMA E MÍNIMA, DESCRIÇÃO DE EVENTOS E NÍVEL DE CARGA DA BATERIA, COM MÍNIMO DE 6 SENSORES PARA LEITURA DE TEMPERATURA INDIVIDUAL, VISUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS DE TEMPERATURA, ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTA, ALARMES, FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, ENTRE OUTROS, VISUALIZANDO GRÁFICOS EM TEMPO REAL DAS ÚLTIMAS 8 HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DOS DADOS DE TODA A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO COM GERAÇÃO DE</p>	474216	UND	1,00

	RELATÓRIOS E GRÁFICOS POR SENSOR. ORIFÍCIO LATERAL PARA A INTRODUÇÃO DE SONDAS PARA A REALIZAÇÃO DE CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA. ALARME VISUAL E SONORO DOTADO DE BATERIA RECARREGÁVEL PARA REGISTROS DE EVENTOS DE MÁXIMA E MÍNIMA TEMPERATURA, FALTA DE ENERGIA, PORTA ABERTA. - SILENCIADOR DO ALARME SONORO, DE APENAS UM TOQUE. - ACESSO DO USUÁRIO AO AJUSTE DE PARÂMETROS ATRAVÉS DE SENHA DIRETAMENTE NO DISPLAY. - SISTEMA DE REDUNDÂNCIA ELÉTRICO / ELETRÔNICO GARANTINDO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. - SISTEMA DE BATERIA PARA ACIONAMENTO DOS ALARMES NA FALTA DE ENERGIA. - CHAVE GERAL DE ENERGIA e LIGA DESLIGA. - ALIMENTAÇÃO 110 VOLTS, 50/60 HZ. - SISTEMA DE SIMULAÇÃO DE ALARME DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA. - REGISTRO NA ANVISA. - PRODUTO COM CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE ISO 13485, FDA. OU CE. - MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS, GARANTIA DE 24 MESES Codigo:70856 Cod.SIAFISICO: 6436641 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:44905235			

9. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme possibilita a previsão do art. 24, da Lei nº 14.133/2021, com vistas a preservar o caráter competitivo da contratação e ampliar o poder de barganha da Administração na etapa de avaliação das propostas e etapa de lances.]

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em atendimento ao inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020, justifica-se a opção pelo parcelamento desta contratação, considerando as instruções sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes.

10.2. Justifico que o objeto desta licitação é composto por itens divisíveis, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado. Com a possibilidade de adjudicação do objeto por item, demonstrando na questão.

10.3. Justifico que a contratação por item do objeto desse estudo ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.4. Justifico que a contratação não há perda de escala ao dividir a solução, e possibilita o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução, onde o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da ampliação da competitividade, com divisão do objeto em itens é mais vantajosa para a Administração.

10.5. Justifico que o parcelamento é tecnicamente viável e economicamente vantajoso, onde o processamento por meio de sistema de registro de preços que permite a contratação conforme demanda atualizada, e sem a obrigatoriedade da aquisição do quantitativo total do objeto licitado, podendo ser adquirida de acordo com a demanda e utilização provável durante a vigência do registro de preço, permitindo para a Instituição a condição de armazenamento dos itens.

10.6. Justifico a adoção do sistema de registro de preço tem por finalidade a eliminação de licitações contínuas, a mobilidade orçamentária, por não haver a obrigatoriedade de reserva orçamentária prévia, a rapidez das aquisições necessárias às reposições dos estoques dos itens padronizados e estocáveis, ou dos itens não padronizados com controle do consumo, onde as aquisições se pautam nos quantitativos atuais, obtidos pelo histórico do consumo observação das novas demandas e sazonalidade dos consumos dos itens a serem adquiridos, resultando na regulação dos estoques, eliminando os estoques desnecessários e a ruptura dos mesmo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não se verificam contratações correlatas, nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

11.2. Em exame da natureza do objeto que ora se pretende adquirir, não se verifica interdependência com qualquer outro, no sentido de condicioná-lo à sua plena efetivação, ou seja, vindo a adquiri-lo estará plenamente aptos a atender ao interesse público demonstrado neste ETP.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Além da presente contratação estar alinhada ao planejamento orçamentário, ela possui objeto que atende, em suas características e quantitativos, à uma utilização padronizada, isto é, que corresponde à realização de atividades habituais de assistência à saúde e demandas recorrentes no âmbito dos serviços prestados pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA e por suas unidades. Dessa forma, ratifica-se o alinhamento entre a contratação e o planejamento também pelo fato de que este processo deriva da identificação técnica e administrativa da necessidade de aquisição de itens cuja utilização é adequada e apropriada, considerando também a infraestrutura e as instalações desta Autarquia, bem como a composição do seu quadro técnico-profissional e o contingente populacional que habitualmente demanda os serviços que dependem da utilização desses itens.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. A escolha por essa forma e critérios de seleção do fornecedor objetiva atender ao interesse público manifesto na necessidade apontada neste ETP, do modo mais eficaz e vantajoso possível.

13.1.1. A licitação foi consagrada na Constituição Federal de 1988 (art. 37, inciso XXI) como um procedimento obrigatório anterior à aquisição de bens e contratação de serviços por parte do poder público. Nessa direção, tratando-se de aquisição de bens de natureza comum, o Pregão se impõe como modalidade licitatória obrigatória, nos termos do inciso XLI, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A mesma previsão legal estabelece, ainda, que no Pregão os únicos critérios de julgamento que poderão ser aplicados são os de "menor preço" e o de "maior desconto". Optou-se no presente caso pela adoção do critério de julgamento pelo menor preço entendendo que ele possibilitará o efetivo cumprimento dos objetivos legais do processo licitatório, previstos no artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, e a obtenção do menor dispêndio para a Administração, levando em consideração as condições gerais da necessidade a ser atendida, a natureza dos bens a serem adquiridos, os seus quantitativos, a análise do histórico de consumo e os resultados do levantamento de mercado.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências para adequações em virtude da solução a ser contratada, no que diz respeito à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, adaptações no ambiente da Entidade ou à necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, uma vez que o HCFAMEMA já possui histórico de consumo de itens de natureza semelhante à do objeto da contratação, o que ratifica a adequação da solução selecionada para o atendimento pleno da necessidade.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação pública de **EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, pode gerar diversos impactos ambientais. Esses impactos devem ser considerados tanto nas etapas de aquisição quanto de operação e descarte dos equipamentos, cabendo destacar:

a) Impactos na produção e fabricação: a produção de equipamentos demanda matérias-primas como metais (ex.: alumínio, cobre, ferro), plásticos e componentes eletrônicos, o que pode levar à extração de recursos naturais e gerar impactos como desmatamento e degradação do solo, além de resíduos sólidos, que, se não forem adequadamente gerenciados, podem contaminar solo e água.

b) Impactos no transporte e logística: o transporte dos equipamentos até o hospital (seja por via terrestre, aérea ou marítima) gera emissões de CO2 e outros poluentes, especialmente se forem utilizados combustíveis fósseis.

c) O consumo energético pode ter um impacto ambiental significativo, especialmente se a matriz energética do local de operação for predominantemente de fontes não-renováveis.

d) Impactos no descarte: quando os equipamentos tornam-se obsoletos ou ineficientes, seu descarte pode ser problemático, especialmente no caso de equipamentos com componentes eletrônicos e materiais tóxicos, como mercúrio e cádmio. O descarte inadequado desses itens pode gerar poluição do solo e da água.

15.2. A adoção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas e o aprimoramento dos processos de gerenciamento de resíduos podem mitigar muitos desses efeitos negativos dos impactos ambientais envolvidos na contratação. É fundamental que as políticas de saúde e ambientais andem de mãos dadas, visando a proteção do meio ambiente sem comprometer a qualidade dos cuidados de saúde.

15.3. Em face disso, foram estabelecidos requisitos de sustentabilidade para a presente contratação previstos em tópico específico do Termo de Referência com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO MASAITI KAYANO ROSA

Coordenador



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:37:59.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1.1. Como se trata de contratação para aquisição de bens essenciais diretamente relacionados à continuidade das atividades de assistência e de cuidado à saúde prestadas pelo HCFAMEMA, e que será realizada através de procedimento licitatório no qual serão selecionadas empresas devidamente habilitadas em ambiente de ampla concorrência, declaramos ser viável a presente contratação, pois respeitam critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, melhor preço e o princípio da economicidade para a Administração Pública.

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO -

UG							
Gestão							
Data de Emissão							
CNPJ/CPF/UG							
Credor							
Endereço							
Cidade		UF		CEP			
Origem Material							
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
No Processo			Acordo				
Tipo de Empenho			Ref Dispensa				
Licitação			Modalidade				
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC		
Valor do Empenho R\$							
Cronograma							
			Mês	Valor			
Sequência		Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							

ANEXO III

CÓPIA PORTARIA HCFAMEMA Nº 02 DE 20 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas.

O Superintendente em substituição do HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal.

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. A inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. A falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. A reincidência na infração;
6. A imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. A falha escusável do licitante ou contratado;
2. A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. A juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II. 2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art.162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§ 2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II. 4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pela Autoridade Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Autoridade Competente para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Autoridade Competente, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Autoridade Competente, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado à Superintendente, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LCCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LCCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(is) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCE/SP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente PORTARIA deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021 do HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA – HCFAMEMA.

Assino o presente nos moldes do artigo 23 da Lei nº 10.261/1968.

Marília, na data da assinatura digital.

TARCÍSIO ADILSON RIBEIRO MACHADO
Superintendente em substituição do HCFAMEMA

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM:
Quantidade:
Unidade de Fornecimento (UF):
Descrição:
Marca/Modelo/Referência:
Fabricante:
Forma de Apresentação:
Embalagem:
Nº do Registro da Anvisa (se for o caso):
Características técnicas:
Procedência:
Preço Unitário:
Preço Total:
Prazo de Entrega: _____ (não poderá ser superior a 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS a contados da retirada da nota de empenho).
Condição de Pagamento: 30 (trinta) dias contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da contratação, no endereço indicado no preâmbulo deste termo de referência, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "recibo".

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- Nº _____ CONTA CORRENTE, Nº _____ AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL
- Na proposta apresentar os dados do responsável Legal pela assinatura do contrato ATA (Nome; RG; CPF; Cargo/Função; email; telefone e procuração caso necessário)

ANEXO V**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO V.1****DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da empresa _____ CNPJ nº _____, situada na rua: _____, na cidade _____/____ (Estado), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____/____, Processo nº _____/____-____. Sob as penas da Lei, especialmente o artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DECLARO que eu e demais sócios ou proprietários da empresa não correspondemos a:

1 – Membro do corpo diretivo ou administrativo da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

2 – Profissional remunerado por cargo de chefia ou confiança em qualquer das entidades da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

3 – Profissional que de alguma forma esteja envolvido diretamente na utilização dos produtos ou serviços objeto desse processo de compras na Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

Comprometo em informar as alterações do quadro societário da referida empresa, caso reflita nos itens indicados, durante o período de vigência desta declaração.

Esta declaração tem validade de 180 dias a contar da data de assinatura.
(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)
Cargo na empresa
RG e CPF:

ANEXO V.2

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, com sede na rua Dr. Reinaldo Machado, 255, Bairro Fragata na cidade de Marília/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 24.082.016/0001-59, neste ato representado(a) pelo Vice-Presidente Sr. Igor Ribeiro De Castro Bienert, nomeado pela portaria HCFAMEMA de 30 de setembro de 2025, publicado no DOE de 01 de outubro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 093.398.827-33, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 144.00007498/2026-81, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de EQUIPAMENTOS DIVERSOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do *Edital de Pregão Eletrônico nº 90095/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – HCFAMEMA.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo -ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

- 5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 5.8.1.2. Adjudicar e celebrar contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

- 7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *emissão de nota de empenho*, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de *02 (dois) dias úteis*, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1 a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. *a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1);*

11.3. *O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2[se houver].

Marília, XX de XXXX de 2026

Assinaturas

CONTRATANTE

HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - HC FAMEMA

IGOR RIBEIRO DE CASTRO BIENERT

Vice-Presidente

Vice-Presidência do HCFAMEMA

RG: 64.221.449-2

CPF: 093.398.827-33

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo VI.1

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

(Processo Administrativo nº 144.00007498/2026-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A)....., POR
INTERMÉDIO DO(A)E
.....

O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MARÍLIA – HCFAMEMA, com sede na rua Dr. Reinaldo Machado, 255, Bairro Fragata, na cidade de Marília/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.082.016/0001-59, neste ato representado pelo Vice-Presidente Sr. Igor Ribeiro De Castro Bienert, nomeado pela portaria HCFAMEMA de 30 de setembro de 2025, publicado no DOE de 01 de outubro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 093.398.827-33, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado),inscrito(a) no CPF sob o nº,conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 144.00007498/2026-81 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90075/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de EQUIPAMENTOS DIVERSOS, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) MESES, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante do índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da

garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das

sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/cart. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Marília, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-